



FACULDADE RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LÉA MARIA DE SOUSA PONTE

**PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM ACOMPANHAMENTO ONCOLÓGICO
AMBULATORIAL SOBRE FUTURO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO
DE TRABALHO**

FORTALEZA
2015

LÉA MARIA DE SOUSA PONTE

**PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM ACOMPANHAMENTO ONCOLÓGICO
AMBULATORIAL SOBRE FUTURO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO
DE TRABALHO**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes.

FORTALEZA
2015

P813p Ponte, Léa Maria de Sousa.

Percepção de adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial sobre futuro profissional e inserção no mercado de trabalho. / Léa Maria de Sousa Ponte. Fortaleza, 2015.
83 fls. Enc.

Orientador(a): Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes
Monografia (Graduação) – Faculdade Ratio, Curso Serviço Social.

1. Oncologia - Adolescência 2. Mercado de Trabalho 3. Projeto Profissional I. Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes II. Faculdade Ratio, Graduação em Serviço Social III. Título

CDD 361

CDU 364

LÉA MARIA DE SOUSA PONTE

**PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES EM ACOMPANHAMENTO ONCOLÓGICO
AMBULATORIAL SOBRE FUTURO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO
DE TRABALHO**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 15/12/2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Kelly Maria Gomes Menezes (Orientadora)
Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Lúcia de Fátima Rocha Bezerra Maia
Faculdade Ratio

Prof.^a Ms. Maria Derleide Andrade
Universidade Estadual do Ceará

Dedico a todos os adolescentes e suas famílias
que sofrem e lutam diariamente para vencer a
guerra contra o câncer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela Graça de concluir esta etapa de minha formação profissional e abrir caminhos para novos projetos.

Agradeço ao meu esposo, Alexandre Quintela Ponte, pela paciência de ouvir, por suas pertinentes contribuições, pelo encorajamento e incentivo ao longo do curso.

Agradeço ao meu filho Lucas Miguel por estar sempre comigo me animando a continuar e por existir na minha vida, sendo um verdadeiro presente de Deus.

Agradeço a minha mãe Raimundinha e meus familiares pela compreensão de não me fazer presente nas ocasiões importantes.

Agradeço a minha sogra Conceição e meu sogro Urubatan pelo apoio e carinho.

Agradeço à minha professora e orientadora Kelly Maria Gomes Menezes, a qual foi minha grande incentivadora.

Agradeço a todos os professores da Faculdade Ratio pela dedicação e excelência no ensino.

Agradeço à Dr.^a Selma Lessa de Castro, médica e coordenadora do Ambulatório de Oncologia do Hospital Infantil Albert Sabin, por abrir as portas da instituição e acreditar na importância desta pesquisa.

Agradeço à Equipe de Enfermagem do Ambulatório de Oncologia pelo acolhimento, amizade e colaboração no processo de seleção dos participantes deste estudo.

Agradeço ainda às professoras Lúcia de Fátima Bezerra Maia e Maria Derleide Andrade pela disposição de participar da minha banca avaliadora e pelas excelentes contribuições acadêmicas.

“Precisamos dar um sentido humano às nossas construções. E, quando o amor ao dinheiro, ao sucesso nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu.”

ÉRICO VERÍSSIMO

RESUMO

A presente pesquisa se propôs investigar como os adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital Infantil Albert Sabin percebem seu futuro profissional e inserção no mercado de trabalho. Elegeram-se como categorias teóricas fundamentais: adolescência e trabalho. Sobre a categoria adolescência, o estudo a considerou como um fenômeno que não se restringe apenas aos aspectos fisiológicos e psicológicos, como se esta fosse um simples produto natural do desenvolvimento humano, mas a compreende como a síntese contraditória, mutante e heterogênea construída na mediação social entre processos como história, cultura, economia, política entre outros. Do mesmo modo, a categoria trabalho parte da acepção marxiana, considerando seu duplo caráter no interior do Modo de Produção Capitalista, isto é, trabalho como base de formação ontológica do ser social e trabalho alienado, produtor de valores, mercadorias e subjetividades passivas e obedientes; inserido no atual contexto do capitalismo flexível e manipulatório. A pesquisa foi definida como social qualitativa de base materialista histórico-dialética, sendo um estudo de campo exploratório. Optou-se pela entrevista focalizada como instrumento de coleta de dados e pela análise de conteúdo como técnica de apreciação e interpretação dos dados coletados. A análise de conteúdo evidenciou a presença de quatro categorias analíticas: (1) Planos para o Futuro; (2) Compreensão do Mercado de Trabalho; (3) Vivências de Trabalho; e (4) Reconhecimento de suas Próprias Potencialidades. Tais categorias revelaram que os adolescentes entrevistados apresentam projetos profissionais em consonância com as demandas do mercado de trabalho; associam a efetivação de seus projetos à necessidade de formação técnica e acadêmica; demonstram sentimentos de medo e insegurança frente ao cenário de crise financeira e seus reflexos negativos no mundo do trabalho assalariado; estão resguardados pela proteção financeira e afetiva de seus familiares; priorizam o estudo em detrimento do ingresso prematuro no mercado; e se encontram em fase de reconstrução positiva da autoestima, autoconfiança e de suas potencialidades.

Palavras-Chave: Adolescência; Oncologia; Mercado de Trabalho; Projeto Profissional.

ABSTRACT

This research aimed to investigate how adolescents in outpatient oncology monitoring at Children's Hospital Albert Sabin perceive their professional future and integration into the labor market. It has been structured into two fundamental theoretical categories: (1) Adolescence and (2) Labour. About the Adolescence category, the study has considered adolescence as a phenomenon that is not restricted to its physiological and psychological aspects, as if it were a simple natural product of human development. On the contrary, it is understood as a contradictory synthesis, mutant and heterogeneous, built in social mediation between processes such as history, culture, economics, politics and more. Similarly, the Labour category is considered by the focus of Marx's Theory in its dual character within the capitalist production mode, i.e., Labour as ontological foundation of social being and Alienated Labour as producer of securities, commodities and passive and obedient subjectivity, all inserted into the current context of flexible and manipulative capitalism. The research has been defined as a qualitative social study on a historical and dialectical materialist basis and has been structured as an exploratory field study. We have opted for the focused interview as the data collection instrument and have chosen Bardin's Content Analysis as the technique of analysis and interpretation of the data collected. Content Analysis has revealed the presence of four analytical categories: (1) Plans for the Future; (2) Labour Market Understanding; (3) Working Experiences; and (4) Recognition of their Own Potentialities. These categories have revealed that the teens surveyed have professional projects in line with the demands of the labour market; they have associated their projects' execution to the need of technical and academic training; they have showed feelings of fear and insecurity about the financial crisis and its negative consequences in the world of paid work; they have been guarded by their families' financial and emotional protection; they have prioritized study over early entry into the labour market; and they are in the positive reconstruction phase of self-esteem, self-confidence and potentialities.

Key-Words: Adolescence; Oncology; Labour Market; Professional Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP-HIAS – Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Infantil Albert Sabin

CNS – Conferência Nacional de Saúde

CPC – Centro Pediátrico do Câncer

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HIAS – Hospital Infantil Albert Sabin

HPP – Hospital Peter Pan

INCA – Instituto Nacional do Câncer

MPC – Modo de Produção Capitalista

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I – ADOLESCÊNCIA: CATEGORIA BASE DE ANÁLISE	21
2.1 Adolescência: Percurso de uma Construção Histórico-Cultural	21
2.1.1 Adolescência na Antiguidade: Grécia e Roma	23
2.1.2 Adolescência na Idade Média	24
2.1.3 Adolescência na Idade Moderna: Transições e Novos Modelos de Família	26
2.1.4 Século XIX: A Adolescência como Etapa Distinta da Vida	29
2.1.5 Adolescência no Século XX: Construção de Identidades e Alternativas	30
2.1.6 As Adolescências na Contemporaneidade: Protagonismos e Retrocessos	31
2.2. Adoecimento na Adolescência: Impactos e Estratégias de Enfrentamento	35
3 CAPÍTULO II – TRABALHO: FUNDAMENTO DO SER SOCIAL	39
3.1 Trabalho: Um Breve Histórico	39
3.1.1 O Trabalho na Grécia Clássica	39
3.1.2 Idade Média, Feudalismo e Trabalho	40
3.1.3 Advento e Hegemonia da Classe Burguesa e a Formação da Sociedade Capitalista	41
3.1.4 Formação da Classe Trabalhadora e sua Organização Política: Séculos XIX e XX	42
3.1.5 O Trabalho na Fase de Reestruturação Produtiva do Capital	43
3.1.6 O Trabalho Flexível e sua Relação com as Novas Gerações de Trabalhadores	44
3.2 A Centralidade do Trabalho na Formação do Ser Social	45
3.2.1 Elementos Constituintes do Processo de Trabalho	46
3.2.2 O Duplo Caráter do Trabalho no Modo de Produção Capitalista	48
3.2.3 A Precarização das Relações de Trabalho no Contexto do Capitalismo Manipulatório	50
4 CAPÍTULO III – PESQUISA DE CAMPO: ENCONTRO COM A REALIDADE ...	53
4.1 Caracterização do Campo	53
4.1.1 Participantes da Pesquisa	54
4.2 Sistemática da Coleta de Dados: Desafios	57
4.3 Análise de Conteúdo	57
4.3.1 Planos para o Futuro	58
4.3.2 Compreensão do Mercado de Trabalho	60
4.3.3 Vivências de Trabalho	62
4.3.4 Reconhecimento de suas Próprias Potencialidades	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas	73
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	74
APÊNDICE 3 – Termo de Assentimento do Adolescente	77
ANEXO	79

1 INTRODUÇÃO

O Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS) foi inaugurado em 26 de dezembro de 1952 com o nome de Hospital Infantil de Fortaleza, sendo o primeiro hospital pediátrico do estado do Ceará. Inicialmente, funcionou em outra sede localizada na Avenida Olavo Bilac até o ano de 1976, quando foi inaugurada a sede, na qual permanece até hoje no bairro Vila União. A mudança de nome da instituição ocorreu em 1977 por ocasião da visita do Dr. Albert Sabin, já o Serviço de Oncologia foi implantado no ano de 1979. (CARMO, 2012). Ainda com Carmo (2012), trata-se do maior hospital da rede pública do Ceará voltado ao público infanto-juvenil e está subordinado à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, além de ser referência em atendimento de alta complexidade nas especialidades de cirurgia cardíaca, neurológica, ortopédica e em deformidades como lábio leporino e fissura palatal. Da mesma forma, o HIAS é considerado referência em tratamento do câncer infantil, não havendo fila de espera para o tratamento desta patologia.

O HIAS iniciou suas atividades com apenas três enfermarias pediátricas e serviços em pediatria geral, assistência materno-infantil e neurologia. Atualmente, conta com emergência clínica, ambulatório com 28 especialidades médicas, unidades de terapia intensiva e neonatais de médio e alto risco, centro cirúrgico (cabeça e pescoço, pediatria geral, plástica, torácica, urológica, gastroenterologia, oncologia e neurocirúrgica), laboratórios clínico e de imagem, além de centro especializado em tratamento e diagnóstico do câncer. Dispõe ainda de 310 leitos, sendo 306 de internação e 4 do hospital-dia. Mensalmente ocorrem, em média, 830 internações, 17 mil consultas ambulatoriais, 4,5 mil consultas de emergência, 86,3 mil exames laboratoriais clínicos e de imagem (internos e externos) e 730 procedimentos em sala cirúrgica (HIAS, 2015).

Dentro desta estrutura maior funciona o Hospital Peter Pan (HPP), também conhecido como Centro Pediátrico do Câncer (CPC), o qual foi inaugurado em 27 de outubro de 2010, contando com 71 leitos divididos em unidades de terapia intensiva (UTI), enfermarias, salas de quimioterapia, consultórios médicos, brinquedoteca, projeto ABC + Saúde e atendimento psicológico (APP, 2015). A quimioterapia é ofertada em duas modalidades: quimioterapia-dia e quimioterapia-sequencial. Na primeira modalidade o paciente permanece em tratamento ao longo do dia, retornando para nova sessão de acordo com a prescrição médica; na modalidade sequencial, o paciente permanece em observação ou

até mesmo em internamento durante aplicação de quimioterapia. Além disso, conta com suporte para internamento de pacientes graves em UTIs e centro cirúrgico próprio.

Diante deste cenário, meu interesse inicial de pesquisar sobre os impactos da hospitalização e do tratamento contra o câncer sobre os projetos de vida profissional de pacientes adolescentes, surgiu de questionamentos pessoais a partir da observação da rotina destes pacientes no HIAS, onde trabalho há sete anos.

A rotina de internações constantes ao longo de meses, e até anos de tratamento, instigava a questionar sobre como aqueles adolescentes lidavam com suas obrigações escolares, seus projetos de vida profissional e expectativas de inserção no mercado de trabalho. Além disso, a observação empírica informal possibilitou perceber que nem todos os pacientes eram iguais, de fato, há uma heterogeneidade de diagnósticos de acordo com o tipo de neoplasia.

Cientificamente, sabe-se que o câncer se apresenta de diversas formas e níveis de agressividade, atingindo diferentes partes do organismo com sintomas diferentes e consequências díspares. Impossível afirmar de modo categórico suas sequelas na vida do paciente, porém se consegue prever seu desenvolvimento geral e principais condutas necessárias para seu controle e tratamento. No Brasil, dados epidemiológicos do Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2014) indicaram para o ano de 2014 a expectativa de surgimento de um pouco mais de 576 mil novos casos de câncer no país entre a população adulta, destacando-se o câncer de próstata (22,8% dos casos) como o de maior incidência para os homens e o câncer de mama (20,8% dos casos) para as mulheres.

Por outro lado, entre a população de 0 a 19 anos, a expectativa, para o ano de 2014, foi do surgimento de aproximadamente 395 mil novos casos. Destes, de 25 a 35% são casos de leucemia. Outro dado importante, fornecido pelo INCA (2014), é a constatação das neoplasias como o segundo maior fator causador de óbitos entre crianças e adolescentes (0 a 19 anos), perdendo apenas para causas externas como violência e acidentes.

Outro fato a considerar sobre o câncer, é que ele afeta todas as áreas da vida do paciente, incluindo família, convivência social, projetos educacionais e de trabalho, relacionamentos afetivos entre outros. No campo dos problemas de ordem social e trabalhista, ressaltam-se como principais dificuldades (INCA, 2009): a necessidade constante dos pais se afastarem ou se ausentarem do trabalho para acompanhar o tratamento do filho doente, risco de desemprego e perda de renda familiar, agravamento de situações preexistentes de

vulnerabilidade social e o aumento de situações de risco social e violação de direitos de outros membros da família, como irmãos, por exemplo, que ficaram mais expostos pela ausência dos pais, os quais acabam dedicando mais tempo e atenção ao filho com câncer.

Tal situação social das famílias com adolescente em tratamento oncológico também se apresenta no HIAS, uma vez que a conjuntura identificada pelo INCA (2009, 2014) não se restringe apenas a uma determinada região do Brasil ou centro urbano. Antes, reflete uma problemática nacional que precisa ser conhecida e enfrentada.

Deste modo, esta pesquisa identificou uma problemática real que necessitava ser investigada à luz do rigor metodológico da ciência, pois a interrupção brusca da rotina de vida destes adolescentes, causada pela luta contra o câncer, apontava para a possibilidade de existência e agravamento de vulnerabilidades sociais como estigma, preconceito e exclusão social. Ou seja, o impacto das neoplasias na vida de milhares de adolescentes evidenciou a necessidade de se investigar, no Ambulatório de Oncologia do HIAS, como tais impactos influenciam na produção de projetos profissionais e na percepção sobre o mercado de trabalho.

Além disso, numa sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista, qualquer interrupção na formação de novos trabalhadores é contabilizada pelo sistema como desperdício de tempo e aumento dos custos, diminuindo a lucratividade. Logo, adolescentes em tratamento contra o câncer estariam, em tese, mais suscetíveis à discriminação e exclusão precoce do mercado de trabalho, uma vez que a mudança brusca na rotina de vida e a própria fragilização durante o tratamento criam situações propícias à exclusão social. Assim, a problemática que foi proposta para investigação interessa diretamente ao Serviço Social, uma vez que se insere no contexto das manifestações da “questão social¹” (IAMAMOTO, 2000) dentro da sociedade capitalista.

A ruptura causada pelo câncer na vida dos adolescentes cria um espaço propício ao fortalecimento de suscetibilidades sociais já existentes e inaugura a formação de outras mais. O Serviço Social se encontra, portanto, em contato direto com tais fragilidades que demandam seu posicionamento ético-político em resposta ao Projeto Societário da Profissão, o qual exige do profissional o reconhecimento da liberdade como valor central, comprometimento com a

¹ Iamamoto (2000) define questão social como o conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, uma vez que a produção social é mais coletiva, o trabalho, igualmente, torna-se mais amplamente social; todavia, os frutos desta produção estão monopolizados e privados nas mãos de uma pequena parte da sociedade. Esta base gera desigualdades e classes sociais opositoras, criando, assim, expressões múltiplas deste conflito que funda o Modo de Produção Capitalista.

autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais em direção à construção de uma nova ordem social (NETTO, 2001). Para isso, o profissional deve intervir na realidade sempre considerando as três dimensões prático-formativas da profissão: dimensão técnico-operativa que diz respeito à capacidade de articular meios e instrumentos para concretizar os fins da intervenção com base em valores; dimensão teórico-metodológica que engloba a capacidade de apreensão dos métodos e das teorias, relacionando-as com a prática; e dimensão ético-política que se refere ao conjunto de princípios e valores humano-genéricos e suas implicações éticas e políticas quanto à finalidade das ações (COSTA, 2008).

Embora o tratamento contra o câncer seja fator de promoção de possíveis riscos e vulnerabilidades sociais, compreendeu-se que pesquisar o adolescente durante a fase de tratamento seria danoso para ele, pois como abordar, do ponto de vista ético, questões tão delicadas, como projetos e expectativas futuras, em um grupo que já se encontraria em situação de forte fragilização e baixa autoestima. Logo, decidiu-se que o caminho mais ético a seguir seria o da pesquisa com os adolescentes que já receberam alta hospitalar do câncer e que estivessem apenas realizando acompanhamento ambulatorial, pois os mesmos se encontrariam, em tese, em uma fase de reconstrução de expectativas sobre o futuro.

Desta forma, pesquisar a percepção de adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial sobre questões como projeto de vida profissional e expectativas de inserção no mercado de trabalho, ultrapassa a curiosidade pessoal e a investigação acadêmica “neutra” para se inserir no contexto ético e político necessário ao entendimento e superação das forças que atuam na formação de discursos, práticas e saberes que reproduzem a ordem social estabelecida dentro da lógica do capitalismo.

Portanto, a problemática aqui delimitada instigou a busca de resposta para a seguinte pergunta: como os adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital Infantil Albert Sabin percebem seu futuro profissional e inserção no mercado de trabalho?

Para buscar respostas a este questionamento, foram formulados os seguintes objetivos: (1) analisar a percepção de adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital Infantil Albert Sabin sobre o seu futuro profissional e inserção no mercado de trabalho; (2) identificar as expectativas dos adolescentes com relação ao seu futuro profissional; e (3) compreender como os adolescentes percebem o mercado de trabalho.

Definida a problemática deste estudo e seus objetivos, parte-se, então, para definição do conceito de conhecimento científico e do percurso metodológico que foi necessário para

execução da pesquisa.

O conhecimento científico se distingue dos demais níveis de produção do saber e leitura da realidade, principalmente em relação ao seu método, o qual busca o rigor sistemático e crítico na produção dos saberes. De fato, existem diversos modos de se trabalhar a construção do saber científico e, muitas vezes, tais métodos divergem entre si, como afirma Minayo (2010, p. 10): “o campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições”.

Outro fator importante a ressaltar é a impossibilidade de imparcialidade total do pesquisador frente ao objeto de estudo no campo da pesquisa social, uma vez que este mesmo “objeto” comporta, ao menos, três aspectos fundamentais que o distanciam valorativamente em relação à ideia de objeto inerte. De acordo com Demo apud Minayo (2010), 1) o objeto é histórico, pois está intimamente ligado à sociedade e ao contexto histórico e cultural que o determina e que lhe abre possibilidades de transformação; 2) o objeto tem consciência histórica, porque age intencionalmente na realidade atribuindo-lhe sentido e significado e, também se transformando nesta práxis; 3) há identidade entre o sujeito e o objeto, em virtude da condição humana do objeto estudado, o que implica processos de identificação em maior ou menor grau entre o investigador e aquele que é investigado. Além disso, destaca-se que o campo das ciências humanas é intrinsecamente ideológico, já que suas escolhas não estão neutras da influência social, econômica, histórica e política.

Dito isto, compreende-se que a ideia de ciência, como fenômeno neutro e desprovido de interesses ideológicos, deve ser refutada, pois “a razão científica não é intemporal, mas histórica: não há verdade absoluta no domínio da ciência” (ANDRADE, 1995, p. 224). Os constructos formados no âmbito científico devem ser entendidos como modelos que atuam sobre o real, todavia são apenas modelos e não podem ser identificados como a própria realidade. Nesta condição, o conhecimento científico é sempre provisório e serve para nos ajudar a compreender a realidade por aproximação ou interpretação.

Andrade (1995) afirma ainda que, as ideias de “pureza” e de “neutralidade” do conhecimento científico funcionam como um disfarce que camufla os interesses do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, o desejo de onipotência do ser humano. Neste ponto, o autor aproxima, definitivamente, toda produção científica do desejo de poder e saber, afastando, por completo, a premissa falsa de neutralidade e pureza. Assim:

Só quando se percebe que a objetividade científica não é autônoma, mas resulta das atividades concretas do homem e de seus mais arraigados desejos, só quando se admite que ela é um componente da realidade social e histórica em que vivemos, é possível denunciar a ciência que oprime e propor uma outra que esteja a serviço da libertação. (ANDRADE, 1995, p. 227)

De fato, a pesquisa com adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial apresenta um objeto de estudo que engloba os três aspectos fundamentais apontados por Demo (apud MINAYO, 2010). Trata-se de um estudo cujo objeto não é inerte, mas que se encontra em constante transformação de si e dos aspectos da realidade que lhe cercam. O que implica dizer que as escolhas dos atores sociais envolvidos no estudo, incluindo o investigador, constroem ou desfazem realidades, estereótipos e sentidos. São escolhas que se encontram para além do mero decidir entre este ou aquele instrumento de pesquisa, na verdade, dizem respeito a escolhas ético-políticas intrinsecamente ligadas ao contexto histórico e social do fenômeno pesquisado e, também, em suas repercussões com o “poder”. “Daí, não se poder pensar uma pesquisa sem um método que em última análise mostre as suas relações estreitas com o Poder a que 'quer servir' ou suas contradições com o Poder que não quer aceitar” (SOLIS, 1995, p. 175).

A reflexão sobre esta complexa conjuntura histórica, social e ideológica, envolvendo adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial e pesquisadora, precisa ser encarada como um fato concreto e político, horizonte que norteia as decisões dentro da pesquisa. De fato, a escolha do método de pesquisa, que privilegia a participação e construção de sentidos, deve garantir aos participantes a autonomia e liberdade de expressão, evitando, ao máximo, o perigoso caminho de moldar o sujeito ao método.

Neste sentido, o estudo se desenvolveu seguindo a abordagem qualitativa da pesquisa social, tendo por referência o método materialista histórico-dialético, o qual se funda em três grandes princípios, segundo Engels (apud GIL, 2009): (1) a unidade dos opostos, onde todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios num constante estado de luta entre si, sendo esta luta entre os opostos a fonte de desenvolvimento da realidade; (2) quantidade e qualidade, estas são características imanentes de todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionadas, daí se entende que as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas, sendo que esta mudança se opera por saltos; (3) negação da negação, a mudança nega o que havia anteriormente e, por consequência, o resultado da mudança também é negado, mas esta segunda negação promove o desenvolvimento de algo novo e não o retorno ao que era antes.

Definida a abordagem da pesquisa como social qualitativa de base materialista histórico-dialética, cabe agora delimitar o tipo de estudo que foi realizado. Assim, optou-se pela pesquisa de campo exploratória. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), este tipo de estudo visa a formulação de questões ou de um problema com tripla finalidade: construir hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um fato, ambiente ou fenômeno no intuito de desenvolver estudo posterior mais aprofundado e, também, modificar ou clarificar conceitos. Tal finalidade também é reforçada por Gil (2009, p. 27) que acrescenta: “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”

Para Gil (2009), as pesquisas do tipo exploratório constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla, assim como o presente estudo, o qual possibilitou conhecer de modo mais detalhado a realidade dos adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial e suas expectativas frente ao futuro profissional e à sua inserção no mercado de trabalho.

Quanto à técnica de coleta de dados, escolheu-se a entrevista, a qual é considerada, por vários autores (GIL, 2009; MARCONI; LAKATOS, 2010; MINAYO, 2010), como a técnica por excelência da pesquisa social, chegando a ser comparada com o tubo de ensaio na Química e o microscópio na Microbiologia. A entrevista permite a obtenção de informações cruciais sobre sentimentos, desejos, vivências, expectativas, medos, projetos futuros e visões valorativas sobre fatos e fenômenos humanos, sociais, econômicos, históricos etc.

Gil (2009) tipifica a entrevista em: informais, focalizadas, por pautas e formalizadas. Interessa aqui a entrevista focalizada, na qual o indivíduo é livre para falar abertamente sobre um tema específico. O entrevistador confere liberdade ao entrevistado que discorre sem restrições ou submetido a um questionário prévio, cabendo àquele o papel de reconduzir este último ao tema original quando há grande desvio.

Marconi e Lakatos (2010) também reforçam a caracterização da entrevista focalizada como sendo aquela que possui roteiro ou tema e o entrevistador tem a liberdade de realizar as perguntas que quiser, sondando motivos e razões do entrevistado, dando esclarecimentos e não obedecendo nenhuma estrutura formal de perguntas preestabelecidas.

Minayo (2010, p. 64) define como entrevista focalizada aquela que “se destina a esclarecer apenas um determinado problema”. Diferentemente de autores como Gil (2009); Marconi e Lakatos (2010), a autora não aprofunda de modo mais detalhado o que de fato

entende por este tipo de entrevista, dificultando a compreensão do leitor sobre sua real delimitação e aplicação prática. Entretanto, sobre a entrevista aberta, Minayo (2010) afirma ser a modalidade, na qual o participante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas feitas pelo entrevistador, quando necessárias, direcionam-se para o aprofundamento das reflexões sobre o tema.

Deste modo, concluiu-se que a tipificação “entrevista focalizada” (GIL, 2009; MARCONI; LAKATOS, 2010) difere completamente da mesma modalidade proposta por Minayo (2010) que somente na sua definição de entrevista aberta é que vem a se aproximar da proposta daqueles autores. Portanto, neste estudo optou-se pela terminologia entrevista focalizada (GIL, 2009; MARCONI; LAKATOS, 2010) por entender que este termo é mais consensual do que o utilizado pela outra autora.

Assim, utilizou-se a técnica da entrevista focalizada, por meio da qual, os adolescentes foram convidados a falar sobre como projetam o seu futuro profissional e sua inclusão no mercado de trabalho. As perguntas, quando necessárias, foram feitas no sentido de trazer o entrevistado de volta ao tema ou para aprofundar suas reflexões.

O estudo teve como sujeitos os adolescentes entre 15 e 18 anos que estão em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital Infantil Albert Sabin, os quais foram convidados a participar da pesquisa mediante prévia autorização escrita de seus pais ou responsáveis legais, para os adolescentes menores de 18 anos. Tal consentimento foi documentado formalmente com a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento, para adolescentes menores de 18 anos, os quais foram assinados em duas cópias, uma que ficou de posse do pesquisador e outra do participante ou seu responsável legal. Ressalta-se que o Termo de Assentimento feito com os adolescentes menores de 18 anos não excluiu a necessidade de assinatura do TCLE por seus pais ou responsável legal.

A coleta dos dados foi realizada mediante gravação eletrônica do áudio das entrevistas individuais, sendo este material posteriormente transcrito e submetido à análise de conteúdo. O método de análise do conteúdo foi amplamente debatido por vários autores, destacando-se Bardin (1979), que a definiu como a descoberta dos núcleos de sentido que compõem a comunicação, cuja frequência de aparição ou a presença podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. Ou seja, visa a produção de uma leitura da realidade de modo a se aproximar o máximo possível dos núcleos de sentido que compõem a

comunicação, rejeitando a imposição de significados alheios e estranhos ao contexto investigado; equilibrando o rigor científico e a fecundidade subjetiva. Contudo, sempre respeitando aspectos éticos e o sigilo da pesquisa, tendo como base o código de ética e os princípios da profissão.

Deste modo, ao descrever as etapas necessárias para realização da análise de conteúdo, Bardin (1979) apresentou ao longo da obra uma complexa fonte de informações cruciais para seu entendimento, aprofundamento conceitual e aplicação prática. No intuito de facilitar a visualização de toda a complexidade do método, Silva e Fossá (2013) sintetizaram didaticamente estas etapas da seguinte forma: (1) leitura geral do material coletado; (2) codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o referencial teórico e as indicações da leitura geral do material coletado; (3) recorte do material em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com mesmo conteúdo semântico; (4) estabelecimento de categorias que se diferenciam tematicamente, nas unidades de registro; (5) agrupamento das unidades de registro em categorias comuns; (6) agrupamento progressivo das unidades de registro (iniciais → intermediárias → finais); (7) inferência e interpretação respaldada no referencial teórico.

Neste sentido, o presente trabalho aborda em seu primeiro capítulo a discussão da categoria adolescência, a qual é apresentada como construção social plural e multideterminada, evitando, assim, a primazia dos enfoques biológico e psicológico como tradicionalmente acontecem em pesquisas oriundas da academia médica clássica. Logo, a construção conceitual da categoria está baseada no método materialista histórico-dialético, que ajuda a entendê-la como fenômeno psicossocial multideterminado e multidimensional, o qual contém aspectos fisiológicos, psicológicos, culturais, políticos, históricos, econômicos e semiológicos. Além disso, desenvolveu-se também a discussão sobre as repercussões do adoecimento na vida do adolescente e de sua família.

O segundo capítulo discorre sobre a categoria trabalho, o qual é compreendido à luz da teoria marxiana, ou seja, trabalho como relação dialética fundante do gênero humano, ao mesmo tempo em que, dentro do sistema capitalista se apresenta como trabalho alienado, produtor de mais-valia e promotor de reificação humana. Neste estudo, a categoria é descrita em seu caráter duplo dentro do contexto do modo de produção capitalista, isto é, trabalho abstrato ou morto, produtor de coisas e facilitador da expansão e acúmulo do capital, o qual, neste processo, dialeticamente constrói também as armas que o destruirão; e trabalho concreto

ou vivo, produtor de coisas úteis e fundamento ontológico do gênero humano. O capítulo é encerrado com a definição de trabalho utilizada neste estudo e com a caracterização do atual cenário do mundo do trabalho no interior do capitalismo flexível e manipulatório.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão sobre os dados coletados na pesquisa, onde estão descritas a caracterização do campo e dos participantes da pesquisa, as etapas da coleta, a forma como foram realizadas as entrevistas, os desafios enfrentados no percurso, a análise de conteúdo dos discursos e as principais evidências encontradas sobre a temática pesquisada. Em relação à análise de conteúdo, identificaram-se quatro categorias de análise, a saber: (1) Planos para o Futuro; (2) Compreensão do Mercado de Trabalho; (3) Vivências de Trabalho; e (4) Reconhecimento de suas Próprias Potencialidades.

Na última parte do trabalho, foram feitas as considerações finais e articulações entre os “achados” da pesquisa e propostas para novos e mais aprofundados estudos na temática dos adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial, uma vez que esta pesquisa, devido ao seu escopo, teve como pretensão realizar somente uma investigação exploratória inicial. Também se propõe a necessidade de articulação da temática com outras políticas públicas, para além da Saúde, como Assistência Social e Educação.

2 CAPÍTULO I – ADOLESCÊNCIA: CATEGORIA BASE DE ANÁLISE

Todo estudo que se denomina científico necessita de uma base que o fundamente à luz da teoria. Logo, faz-se necessário estabelecer categorias que norteiem nosso estudo. Epistemologicamente, definiu-se como marco teórico deste estudo a corrente materialista histórica-dialética, a qual serviu de plano de fundo explicativo e contextual das categorias elencadas, a saber: adolescência e trabalho.

Entende-se que outras categorias também atravessam este estudo, como vulnerabilidade social, exclusão e mediação social, por exemplo. Todavia, devido à abrangência da pesquisa, o tempo de execução e a delimitação da problemática, priorizou-se trabalhar com as duas supracitadas categorias por entender que elas são o foco da questão levantada. Contudo, sem negligenciar outras categorias que também dialogam com as que se elegeu por prioritárias; de fato, a tentativa de compreender melhor as mediações entre adolescência e trabalho, implica no estabelecimento de diálogo entre tais categorias e outras que compõem a conjuntura maior onde elas se inserem.

Desta forma, o presente capítulo discute a categoria adolescência, apresentando seu percurso formativo histórico-cultural desde a Antiguidade até os dias atuais. Priorizou-se por descrever os aspectos principais de cada época histórica, realçando o modo como a adolescência era concebida dentro de cada contexto cultural, político e econômico específico. O capítulo também disserta sobre o adoecimento na adolescência, apresentando os impactos deste acontecimento nas vidas dos pacientes oncológicos adolescentes e de seus familiares.

2.1 Adolescência: Percurso de uma Construção Histórico-Cultural

O período da vida identificado como adolescência tornou-se quase natural no interior da sociedade capitalista contemporânea, havendo diversos mecanismos de legitimação, de proteção, de consumo e de direitos voltados para esta faixa etária. O imaginário social atual concebe a adolescência como uma fase necessária e importante do desenvolvimento humano, por entendê-la como base formativa da pessoa adulta. Além disso, as gerações mais velhas depositam nas mais novas expectativas referentes ao futuro da sociedade e receios quanto a possíveis perdas dos valores morais hegemônicos da atualidade, numa espécie de ritual de passagem das rédeas que dirigem a sociedade para as mãos das novas gerações. Contudo, de

acordo com Groppo:

justamente a tendência foi dos grupos juvenis criarem seus próprios mundos, e de que estes mundos passassem a ser cada vez mais valorizados pela “sociedade de consumo” [grifo do autor], pela indústria cultural – gestando a juvenilização da vida. (2011, p. 16)

Tal fato implicou na concepção de juventude como mercadoria a ser consumida pelas mais diferentes etapas do ciclo vital. Todos buscam serem jovens dentro da sociedade de consumo, eternizar os aspectos subjetivos juvenis por meio da aquisição de bens, estilos e serviços que os legitimem e identifiquem.

Na tradição acadêmica de base funcionalista e evolucionista, a adolescência tornou-se uma entidade quase “autônoma” e “universal”, posta pela ideologia dominante como fenômeno natural do desenvolvimento biopsicossocial, todavia esta máxima carece de sustentação na realidade cotidiana, onde convivem uma enorme variedade de modelos de adolescência e não-adolescência. Tal fato nos remete à constatação de que este período, tão publicizado e financeiramente rentável do ponto de vista do mercado, é uma construção social necessária dentro do modo de produção capitalista. Um período de preparação do indivíduo para o trabalho técnico especializado e, ao mesmo tempo, polivalente, demandado pelo novo modelo do capitalismo flexível. Além de ser, também, um amplo mercado de consumo de serviços, mercadorias e estilos de vida.

Sobre estas características descritas anteriormente, Sousa e Groppo (2011) lançaram uma coletânea de artigos de vários pesquisadores que teorizam sobre as juventudes no Brasil e no mundo, nestes artigos ressaltam-se a pluralidade das juventudes e suas manifestações no interior da sociedade contemporânea, porém os autores utilizam a terminologia juventudes e não adolescências, escolha que abrange não apenas o período entre a puberdade e o teto legal de 18 anos, mas inclui também os adultos jovens até quase trinta anos de idade.

Neste estudo, priorizou-se, especificamente, pelo desenvolvimento e problematização da categoria adolescência, uma vez que a amostra estudada se situa dentro do intervalo legal estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2015); contudo, sem se restringir às limitações da definição jurídica em si.

Dando seguimento, Ozella e Aguiar (2008) identificam, a partir dos discursos dos adolescentes, os sentidos desta etapa da vida dentro de suas próprias concepções, rompendo com a tradição da normatividade de uma adolescência padrão e universal. Estes autores optam

por uma perspectiva dialética histórico-cultural ao teorizarem a adolescência, revelando aproximações importantes com o marco teórico de nosso estudo. Além disso, ressaltam a importância de se considerar os aspectos étnicos, religiosos, de gênero e de classe social na investigação dos sentidos de adolescência que os próprios sujeitos referem a si mesmos, evidenciando o adolescente concreto, historicamente situado e constituído em suas contradições e na sua realidade cotidiana.

Desta forma, entende-se a adolescência como uma construção social heterogênea, perpassada por diversos contextos e determinantes histórico-culturais que precisam ser descritos no objetivo de esclarecer seu percurso ao longo da história humana e entender a necessidade de estabelecimento de um período que funciona como transição entre a infância e a vida adulta.

Feitas estas afirmações, convém ressaltar que a adolescência, em sua condição de construção social, nem sempre se organizou de acordo com o modelo encontrado na atual sociedade, ao contrário, durante alguns períodos da história da humanidade sequer foi considerada como uma etapa específica e diferenciada de desenvolvimento.

2.1.1 Adolescência na Antiguidade: Grécia e Roma

Schoen-Ferreira et al. afirmam que “a adolescência tem sido vista desde a Antiguidade pelo prisma da impulsividade e excitabilidade.” (2010, p. 228). O que implicava na necessidade de adestrar estas características na direção das virtudes cívicas e militares. Assim, na Grécia Antiga, os jovens de famílias livres e com reconhecimento de cidadania eram colocados desde crianças em atividades voltadas ao seu pleno desenvolvimento físico e moral. Entretanto, existiam diferenças importantes em relação ao gênero, pois os meninos eram destinados à educação política e militar, enquanto as garotas eram treinadas no desempenho de funções ligadas à administração do lar e à maternidade.

No Império Romano, a educação das crianças, inicialmente, era uma obrigação familiar, constituindo-se de modo prático no treinamento em habilidades e ofícios exercidos por seus pais. De acordo com Schoen-Ferreira et al. (2010), a partir do século II a.C. as famílias ricas passaram a adotar o costume de manter em suas casas algum mestre grego na função de preceptor, sendo que as famílias com menos recursos enviavam seus filhos para escolas.

Mais uma vez pontuamos que a relação de educação de crianças e adolescentes na antiguidade não era igualitária quanto ao gênero. As meninas romanas estavam presas ao lar e impedidas de frequentarem espaços públicos destinados aos homens. A educação delas era semelhante à grega e voltada, exclusivamente, à formação de mulheres capazes de casar, gerar filhos saudáveis e serem administradoras de seus lares (GROSSMAN, 1998).

Ainda com Schoen-Ferreira et al. (2010), os períodos etários relativos à infância e à adolescência eram poucos precisos e variavam drasticamente conforme o costume do lugar e o sexo da pessoa. Por exemplo: na Roma Antiga não existia uma maioridade legal e o garoto era considerado impúbere até que seu pai ou tutor reconhecesse que ele poderia usar as vestes de homem e cortar seu primeiro bigode, entre os 16 e 21 anos; por outro lado, as meninas tão logo menstruassem eram consideradas aptas ao casamento, o que ocorria por volta dos 12 anos de idade. Elas costumavam se casar no mais tardar aos 14 anos, com algum homem indicado pela família, quando então deixavam a casa paterna e passavam a ser reconhecidas como adultas.

Já na Grécia Antiga, segundo Grossman (1998), mais precisamente em Atenas, havia uma maioridade civil a ser atingida aos 18 anos, contudo bem diferente do que se conhece na contemporaneidade. Somente os rapazes, após serem aprovados em uma espécie de exame de capacitação – *docimasia* – onde se investigavam aspectos de sua vida privada, eram enfim inscritos nos registros do *demos* (espécie de cartório que legitimava sua cidadania). Em seguida, eram destinados a um período de dois anos onde recebiam treinamento militar, cívico e preparação moral e religiosa. Por outro lado, as moças não recebiam este tratamento e nem tinham registro de cidadania, ou seja, a maioridade civil para elas não existia, cabendo a elas apenas a imposição do casamento por volta dos 15 ou 16 anos e uma vida voltada à administração do lar e ao cuidado dos filhos.

2.1.2 Adolescência na Idade Média

O período da Idade Média, marcado na Europa pela hegemonia político-religiosa da Igreja Católica, não concebia, com a mesma objetividade atual, a noção de faixas etárias, dando prevalência à noção subjetiva de idades da vida, as quais eram divididas em infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade (ARIÈS, 1981). Estas idades eram descritas de modo abrangente e com limites diferentes dos atuais, por exemplo: a adolescência

era mais ou menos delimitada como iniciando por volta dos 14 anos de idade e podia se estender até aos 35 anos.

Fazendo referência às diferentes idades da vida em textos medievais, Ariès (1981) define a adolescência conforme era vista na época:

essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar [...]. Nessa idade os membros são moles e aptos a crescer e a receber força e vigor do calor natural. E por isso a pessoa cresce nessa idade toda a grandeza que lhe é devida pela natureza. (p. 26)

Ou seja, o autor mostra que a noção de uma idade específica se baseava em eventos do cotidiano e da tradição, em mudanças perceptíveis do corpo e nos papéis sociais desempenhados no interior da comunidade. Esta concepção aproximava as idades da vida a uma espécie de jornada fatídica e mística de retorno do ser humano ao pó de onde veio:

Para o homem de outrora [...] a vida era a continuidade inevitável, cíclica, às vezes humorística ou melancólica das idades, uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortandade. (ARIÈS, 1981, p. 29)

Durante a Idade Média o tempo era vivido de forma mais subjetiva e se associava aos afazeres cotidianos e aos eventos da natureza. A mensuração cronológica seguia um padrão que se associava às horas canônicas da Igreja, às diferentes estações climáticas, aos eventos sociais (casamento, falecimento, festas anuais etc.) e às fases lunares, ignorando o tempo objetivo do relógio. Do mesmo modo, a relação com as diferentes etapas da vida não se prendia à quantidade de anos, meses, dias, horas e segundos, tão comum na contemporaneidade, onde um adolescente não é considerado legalmente maior de idade até o dia exato em que complete seus 18 anos. Havia fluidez conceitual e indefinição de limites rígidos das fases da vida e, também, ausência de conhecimento sobre as particularidades de cada etapa do desenvolvimento humano. Por exemplo:

Na sociedade medieval, o sentimento da infância não existia. Não havia consciência da particularidade infantil, isto é, a distinção entre criança e adulto. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência e a saída desta, para o ingresso no mundo dos adultos, ocorria quando a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou ama. Neste momento, ela ingressava na sociedade dos adultos, sem se distinguir mais deles. (GROSSMAN, 1998, p. 70)

Ou seja, as observâncias morais e legais do que uma criança pode ou não fazer inexistiam durante o feudalismo, o sentimento de família como unidade protetora não estava presente, mas sim, a ideia de família como unidade econômica que sacrifica tudo para sua reprodução (GROSSMAN, 1998).

Outro ponto a ressaltar é que, durante a Idade Média, a ideia de adolescência praticamente se confundia com a ideia de infância, isto é, utilizavam-se indiferentemente expressões como infante ou adolescente para designar pessoas com idades distintas do que atualmente se concebe para estes grupos etários. Segundo Ariès (1981), tal indistinção entre infância e adolescência perdurou até o século XVIII, sendo comum encontrar relatos documentais deste período, no qual o termo criança aparecia descrevendo pessoas de 18 anos com a mesma “naturalidade” que se utilizava o termo adolescente para falar de alguém de 10 anos.

Quanto ao gênero, a sociedade medieval tratava as meninas e moças de modo semelhante ao que ocorria na antiguidade, impondo-lhes uma vida doméstica e longe da vida pública e política. Poucas moças recebiam algum nível de instrução, geralmente as que estavam nos conventos aprendiam a escrever e ler, mas nem todas. As de origem humilde eram reclusas às suas famílias até a data do casamento que acontecia no início do que hoje se entende por adolescência, sendo um evento majoritariamente econômico e não romântico, quando então passavam a ser parte da família do noivo, junto com seu dote. As moças nobres também eram preparadas para o casamento e tinham também valor político, pois suas núpcias serviam na confirmação de alianças estratégicas entre feudos. Ou seja, a mulher estava mais próxima de ser vista como uma “propriedade” do seu pai, a qual é passada para um marido em um negócio financeiro ou político chamado casamento, do que como um ser humano. Além disso, Duby (1994) descreve que a prática do matrimônio alterava a condição social da mulher, mas não a do homem, uma vez que este era o senhor dela e não o contrário.

2.1.3 Adolescência na Idade Moderna: Transições e Novos Modelos de Família

Somente a partir do século XVIII, as idades da vida começaram a serem distinguidas com maior precisão umas das outras. Contudo, em relação ao gênero, as garotas continuavam a serem tratadas de modo inferior aos rapazes.

Ariès (1981) explica que o período de transição entre a Idade Média e a modernidade

foi marcado pela influência de três fatos que contribuíram, externamente, para a mudança dos conceitos relativos às faixas etárias. Para o autor, o primeiro fato seria o novo papel do Estado e sua justiça, interferindo com maior frequência no espaço social; o segundo, seria o desenvolvimento da alfabetização e dos livros, os quais possibilitaram maior distanciamento entre o indivíduo e a sua comunidade de origem; e o terceiro, seria o surgimento de novas formas de religião cristã, o que exigia dos fiéis uma devoção mais íntima e a valorização de novos preceitos morais e éticos.

Estes fatos, que ocorreram na transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, potencializaram a transformação do modo de compreensão das diferentes etapas da vida, fazendo surgir uma nova necessidade até então ignorada, a saber: “de proteger as crianças e jovens das tentações da vida, isto é, proteger sua moralidade.” (GROSSMAN, 1998, p. 70). Para o exercício de tal proteção, o colégio passou a ser a instituição social prioritária por conduzir a instrução e a educação, o que antes, durante o período do feudalismo, era uma responsabilidade familiar e comunitária.

Concomitantemente, esta nova configuração social também modificou, de acordo com Grossman (1998), as relações familiares, as quais deixaram de ser centradas no sustento econômico, para se tornarem um espaço de afetividade. Houve a criação de novos laços de sentimento dos pais para com os filhos, os quais estabeleceram um lugar de atenção à infância, uma vez que os filhos pequenos agora eram vistos como fonte de alegria e diversão. Algo estranho para o feudalismo, onde os pais evitavam desenvolver sentimentos de apego pelas crianças pequenas, haja visto a alta taxa de mortalidade na primeira infância.

Grossman (1998) explica que este fortalecimento da afetividade entre pais e filhos, associada aos mimos e à complacência para com as crianças pequenas, fizeram os moralistas da época denunciarem o perigo de tais condutas para a sociedade e para as crianças. Tal posicionamento levou o Estado e a Igreja a assumirem a responsabilidade do sistema educativo. Deste modo, o colégio se tornou a instituição social responsável por instruir as novas gerações.

Neste sentido, “a infância e a adolescência são, então, enquadradas em lugares separados e fechados, sob a autoridade de especialistas adultos.” (GROSSMAN, 1998, p. 71). Todavia, a prática educativa, durante a Idade Moderna, em nada se assemelhava à configuração atual de classes compostas por alunos em faixas etárias semelhantes. Na verdade, crianças e adolescentes frequentavam aulas sem a menor distinção etária.

Esta despreocupação em separar os alunos de acordo com a idade é explicada por Ariès (1981); segundo o autor, a indistinção “provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência.” (p. 32).

Deste modo, o período que atualmente é dividido entre infância e adolescência estava mesclado e até certo ponto indiferenciado para a sociedade medieval e moderna. Neste período era comum a utilização indistinta de termos genéricos para designar crianças, bebês, adolescentes e jovens adultos (ARIÈS, 1981). O imaginário coletivo não delimitava com precisão os termos para cada idade, o que não significa dizer que um bebê fosse tratado do mesmo modo que uma pessoa de 18 anos. Todavia, esta fase compreendida entre a dependência total e a autonomia era vista como:

um fenômeno quantitativo e não qualitativo. Era interpretado como um aumento quantitativo de todos os aspectos físicos e mentais da espécie humana. [...] A infância era, na verdade, um período de transição logo ultrapassado e cuja lembrança, também, era logo perdida. (GROSSMAN, 1998, p. 70).

De acordo com Ariès (1981), “só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos de dependência.” (p. 32). Quando tal nível de autonomia era atingido o garoto era, então, visto como adulto capaz de sustentar uma família com o seu trabalho, no caso das classes trabalhadoras e servidoras; ou de assumir seu papel social dentro das funções nobres, no caso das famílias aristocráticas.

Convém ressaltar, mais uma vez, a total exclusão do gênero feminino deste debate sobre saída da dependência e entrada na autonomia, pois as mulheres, durante a modernidade, prosseguiram em situação de passividade frente à entrada na vida adulta, a qual era marcada pela imposição do casamento ou da consagração religiosa. Não havia a liberdade de escolher entre caminhos alternativos a seguir, pois tais caminhos levavam, quase sempre, a uma vida socialmente estigmatizada e marginalizada. (CHARTIER, 2009).

Ou seja, ao gênero feminino era reconhecido no máximo o período da infância e tão logo estivessem aptas ao matrimônio – leia-se puberdade e menarca – se iniciavam logo os acordos para que tal evento ocorresse com maior brevidade. Afinal, chegar à idade de 19 anos ainda solteira era visto como sinal de preocupação para a família.

2.1.4 Século XIX: A Adolescência como Etapa Distinta da Vida

Somente no século XIX, a adolescência foi separada da infância como uma etapa distinta da vida e do desenvolvimento humano. Segundo Grossman (1998), a adolescência passou a ser delimitada como o período que se estende da primeira comunhão ao bacharelado, nos meninos, e para as meninas, como o período que vai da primeira comunhão até o casamento. Sobre a identificação desta faixa etária como um momento singular do desenvolvimento humano, Schoen-Ferreira et al. (2010, p. 230) afirmam: “com a industrialização e a instituição de sistemas educacionais obrigatórios, ela pode, finalmente, ser mais observada. Pode-se, então, dizer que a adolescência foi conhecida primeiro pelos educadores.”

Assim, a convenção social de que a educação formal dentro de uma instituição escolar dirigida por especialistas é o melhor caminho para instruir os jovens, permitiu que ela fosse, finalmente, delimitada e posta em controle. Porém, o modelo educacional diferia em relação ao sexo do educando.

Ou seja, aos rapazes era dada toda a condição de formação educacional e profissional, já as moças também passaram a frequentar escolas, entretanto conforme Sarat e Sarat (apud SCHOEN-FERREIRA et al., 2010, p. 230), elas só “poderiam, por meio de uma educação intelectual, religiosa e moral, prepararem-se para serem mães dignas e capazes de ensinar seus próprios filhos.”

Grossman (1998) explica que, durante o século XIX, a educação dos adolescentes em internatos passou a ser vista com maus olhos pela elite burguesa, a qual imputava a tais instituições a culpa pela aquisição de vícios pelos adolescentes, entre eles: a masturbação e práticas homossexuais. Deste modo, as famílias burguesas passaram a matricular seus filhos nos externatos como uma possível forma de prevenir o que no período era tido por vício; já as classes populares e camponesas, quando queriam investir na formação intelectual de algum filho, precisavam recorrer aos internatos.

De fato, este foi um século marcado pelo controle e vigilância da adolescência, a qual era concebida, pelos moralistas e pela comunidade científica, como um período de turbulência e perigo. O controle e a vigilância ocorriam sobre todos os aspectos de sua vida, principalmente, em relação ao uso do corpo e expressão da sexualidade.

Este cerceamento da vida levou os adolescentes da época a buscarem momentos de

privacidade, o que ficou evidenciado, segundo Grossman (1998), pelo crescimento do uso de diários íntimos e do fortalecimento de amizades entre pares. Fato que passou a preocupar as famílias, em especial, das moças que confidenciavam com as amigas e com o diário suas paixões e desejos secretos. Desta forma, Grossman (1998, p. 72) afirma que tal “preocupação com as paixões femininas servia para as famílias controlarem o desejo feminino, empregando uma higiene moral capaz de retardá-lo e que, por outro lado, estimulava o casamento precoce.”

2.1.5 Adolescência no Século XX: Construção de Identidades e Alternativas

Durante o século XX o mundo enfrentou duas guerras mundiais e fortes alterações no cenário geopolítico. Antes das Grandes Guerras, a literatura, de acordo com Schoen-Ferreira et al. (2010), definia o perfil do adolescente como indolente, indisciplinado e preguiçoso; o que mudou radicalmente durante o período das duas Grandes Guerras, onde o perfil passou a ressaltar a importância do trabalho adolescente para manutenção do funcionamento da sociedade em um momento de grande conturbação mundial.

Contudo, o Pós-Guerra foi marcado pela retomada dos postos de trabalho pelos homens que haviam partido para o serviço militar. Fato que provocou o deslocamento de milhares de mulheres e adolescentes dessas vagas para que fossem ocupadas pelos ex-combatentes. Neste mesmo período houve forte pressão da mídia no sentido de imputar à mulher o papel de dona de casa e rainha do lar; e aos adolescentes, o papel de futuro da nação. Schoen-Ferreira et al. (2010) relatam que na década de 1950 um fenômeno surgiu nos Estados Unidos da América, a juventude transviada, adolescentes rebeldes e sem causa aparente, imersos em uma sociedade de consumo estimulada pelas políticas estatais de pleno emprego (masculino) e seguridade social.

Para estes adolescentes o futuro era algo quase certo, assumir uma vaga em uma grande empresa e seguir o padrão social e familiar de seus pais, o que gerava um sentimento de falta de sentido na vida, angústia e um misto de raiva e medo em relação ao futuro. Erikson (1976) conseguiu compreender bem o sentimento da adolescência norte-americana quando definiu que, neste período do ciclo vital, ela passa por uma crise que se bipolariza entre a confusão de papéis e a identidade.

Assim, para Erikson (1976), ao entrar na adolescência o rapaz e a moça devem

enfrentar uma série de desafios, como suas atitudes para consigo próprio, com seus amigos, o sexo oposto, a sociedade de modo geral, a experimentação dos primeiros relacionamentos afetivos e a busca de uma profissionalização e uma carreira. Neste período ele testaria diversos papéis até construir uma identidade pessoal própria que o faz estabelecer seu lugar dentro da sociedade.

Durante a década de 1960 as juventudes e, também, as adolescências passaram por uma nova transformação, em especial, após o movimento operário e estudantil, ocorrido na França, chamado de Movimento de Maio de 1968, onde milhares de adolescentes e jovens foram às ruas protestar contra a política conservadora de direita e contra os valores da “velha sociedade”. Além disso, o fenômeno inaugurou uma nova forma de pensar e de se relacionar dos adolescentes com o mundo e com as pessoas. Grossman (1998) explica que:

Os jovens passariam a destruidores radicais de tudo que estivesse estabelecido e consagrado: valores e instituições, ideias e tabus. Seria, então, delineado um movimento de caráter fortemente libertário, com enorme apelo junto a uma juventude de camadas médias urbanas, envolvendo os Estados Unidos, a Europa e diversos outros países de fora do mundo desenvolvido. (p. 72)

Houve também a criação do “movimento hippie” nos Estados Unidos, o qual se espalhou como alternativa de sociedade por diversos países ocidentais. O movimento, explica Grossman (1998), lutava pacificamente por uma organização social alternativa, na qual os valores tradicionais seriam abolidos em favor de uma vida longe dos centros urbanos em grandes comunidades rurais autossustentáveis; o fim da noção de família nuclear dentro de um modelo autoritário hierárquico, substituída por um modelo, onde a comunidade educa coletivamente as novas gerações nos princípios da liberdade, da paz e do amor livre; e a rejeição do racionalismo cientificista em favor de crenças esotéricas orientais, do uso de músicas e drogas psicodélicas para atingir estados “iluminados” de consciência e da valorização dos saberes ancestrais dos povos nativos da América e de outros continentes.

2.1.6 As Adolescências na Contemporaneidade: Protagonismos e Retrocessos

Finalmente, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, as gerações mais novas conquistaram visibilidade cada vez maior no cenário da sociedade de consumo, porém tal fato não implicou necessariamente em reconhecimento e proteção do direito de viver esta etapa da vida. Groppo (2011) afirma que os sujeitos adolescentes e jovens, em sua

busca de autonomia, passaram a imprimir nesta etapa do ciclo vital uma tendência de prolongamento dela não mais como simples etapa, mas na condição de estilo de vida que se perpetua indefinidamente. O que foi prontamente absorvido pela sociedade de consumo na apropriação de modelos de juventude, como mercadorias e serviços, a serem comprados pelos consumidores das mais diferentes faixas etárias.

Já outros modelos de adolescência, em especial as adolescências das periferias dos grandes centros urbanos e das áreas rurais menos desenvolvidas economicamente (Norte e Nordeste), enfrentam a negação desta etapa da vida ou o “encurtamento” dela no intuito de serem o mais rapidamente integrados ao mundo do trabalho, quase sempre precarizado e informal. São adolescentes que precisam contribuir financeiramente para a subsistência de suas famílias frente ao quadro de pobreza extrema. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2011), o Brasil tem 38% dos adolescentes em situação de pobreza e 17,6% em situação de extrema pobreza. O Nordeste apresenta o pior índice, onde 32% dos adolescentes estão em famílias extremamente pobres, ou seja, famílias que vivem com renda *per capita* mensal inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

O UNICEF (2011) identifica, ao todo, nove fenômenos sociais que comprometem de forma grave os adolescentes brasileiros nestas duas primeiras décadas do século XXI, a saber: (1) a pobreza e a pobreza extrema; (2) a baixa escolaridade; (3) a exploração do trabalho; (4) a privação da convivência familiar e comunitária; (5) a violência que resulta em assassinatos de adolescentes; (6) a gravidez; (7) a exploração e o abuso sexual; (8) as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS; e (9) o abuso de drogas.

Por outro lado, Groppo (2011) alerta que as juventudes, incluindo as adolescências, em seus movimentos libertários lutam contra as tentativas de controle e homogeneização impostas pelas instituições tradicionais e modernas, resistindo à ameaça contra os direitos e proteções atualmente assegurados, além da luta pela conquista dos direitos ainda recusados.

Desde o Golpe Militar de 1964, setores específicos das juventudes e adolescências do Brasil vêm se manifestando politicamente contra a imposição autoritária do Estado e tentativas de ingerência, controle e homogeneização. A redemocratização do país ocorrida nos anos 1980 foi marcada pela participação ativa desta faixa etária, sem esquecer que na década de 1990, os adolescentes foram protagonistas no movimento Fora Collor! Recentemente, no segundo semestre de 2015, assistiu-se mais uma vez as adolescências e juventudes se posicionarem contra mudanças impostas ao sistema público de educação do Estado de São

Paulo, os adolescentes ocuparam por meses as escolas no intuito de abrirem um canal de diálogo com o governo estadual e serem atendidos em suas verdadeiras demandas frente ao deficitário sistema de educação.

Tais posicionamentos reforçam o argumento defendido por Groppo (2011) de que, embora existam inúmeros modelos de adolescência, muitas vezes alienadas, despolitizadas e protegidas em verdadeiras “torres de marfim” ou, no oposto extremo, que são exploradas, violadas, negadas e exterminadas cotidianamente; há aqueles que se identificam como atores sociais e políticos, agentes de transformação da realidade social na qual se inserem, sendo responsáveis por movimentos políticos de emancipação humana, como o ocorrido nas escolas de São Paulo.

De fato, neste início de século XXI, as adolescências se apresentam como uma verdadeira “colcha de retalhos”, transitando entre modelos opostos e contraditórios: alguns de afirmação identitária politicamente consciente, outros de afirmação de modelos alienados de adolescência. Há ainda, movimentos de negação da condição adolescente, seja pelo extermínio da juventude negra nas favelas, seja por movimentos reacionários em defesa da redução da maioridade penal, seja pela sujeição do adolescente a qualquer labor, em detrimento de uma melhor preparação para o ingresso no mundo do trabalho assalariado.

Importante agora ressaltar que embora a construção social e histórica da adolescência seja um processo dialético, concreto e mediado por diversos determinantes como economia, política e o uso do poder; historicamente foram as teorias de base funcionalista e, também, evolucionista que mais se destacaram como modelos explicativos do fenômeno. Todavia, tais teorias concorrem com outras correntes que buscam, segundo Groppo (2011, p. 24), “desfetichizar modelos explicativos clássicos, cuja visão homogênea e homogeneizadora da condição juvenil limitava sua capacidade analítica.” Tal evento é de grande relevância ao estudo sobre as formas de ser adolescente na contemporaneidade, pois “por muito tempo fabricaram uma adolescência de laboratório, construída com base em concepções distorcidas da adolescência” (OLIVEIRA, 2006, p. 434).

Daí o crescimento, na contemporaneidade, de modelos que cada vez mais denunciam as explicações homogêneas e normatizadoras da adolescência, em prol de modelos que percebem “a convivência de espacialidades e temporalidades heterogêneas no mundo contemporâneo, bem como a diversidade de juventudes e dos modos de viver a condição juvenil.” (GROPPO, 2011, p. 24).

Modelos como os propostos por Oliveira (2006), Sousa e Groppo (2011), Ozella e Aguiar (2008) trazem uma importante diferença em relação aos modelos normatizadores e homogeneizadores da adolescência, pois abordam a questão de forma crítica e, como argumenta Oliveira (2006), eles têm o cuidado de atenderem a um preceito ético de desenvolverem estudos com, e não sobre adolescentes.

Deste modo, no presente estudo, optou-se por definir a categoria adolescência a partir da base materialista histórico-dialética, aproximando-se da conceituação proposta por Ozella e Aguiar (2008), os quais fundamentam a categoria de modo crítico a partir das significações dadas pelos próprios adolescentes sobre esta “fase” da vida; no entanto, contextualizando estes discursos na totalidade histórica e social que determina as mediações sociais que permeiam as relações do adolescente com seu entorno social, ao mesmo tempo que o constitui como subjetividade concreta.

Logo, a adolescência não pode ser vista como um produto natural do desenvolvimento humano, marcado por traços fisiológicos, psicológicos e sociais universais e homogêneos; apontando sempre para um ideal de normalidade a ser alcançado, onde suas características “inatas” seriam alavancadas ou bloqueadas pelas condições sociais, psicológicas, fisiológicas e econômicas no modelo do binômio normalidade – anormalidade. Mas, que ela se constitui dialeticamente na totalidade social, ou seja, “estamos falando de condições sociais que constroem uma determinada adolescência” (AGUIAR et al., 2001, p. 169) dentro de uma conjuntura complexa constituída por mediações sociais singulares e totalmente díspares de acordo com o lugar que este sujeito ocupa dentro do modo de produção capitalista.

Além disso, cabe acrescentar ao debate sobre adolescência, a partir do enfoque histórico-cultural de base materialista e dialética, que ela se configura como subjetividade, fenômeno psicossocial dialético e dialógico, onde os atores sociais constroem sentidos mediados pela linguagem e pela atividade dentro de uma totalidade histórica e social. Neste processo, também se constituem enquanto sujeitos singulares históricos; adolescentes concretos em constante transformação subjetiva.

Desse modo, o sujeito se constitui pela mediação semiótica e por meio do processo de significação, mas essa constituição acontece no confronto eu-outro das relações sociais. Neste sentido, a subjetividade e o sujeito são compreendidos na realidade social e na vida social, vista esta como, primordialmente, histórica. (MOLON, 2011, p. 617)

Assim, a construção de subjetividades e sujeitos adolescentes transcendem a normatização reducionista da adolescência homogênea de base funcionalista e evolucionista, abrangendo, além da base biológica e psicológica, aspectos históricos, sociais, culturais, dialógicos, econômicos e políticos dentro de uma mesma totalidade complexa fundada na contradição capital-trabalho.

2.2. Adoecimento na Adolescência: Impactos e Estratégias de Enfrentamento

A vivência do adoecimento é algo que faz parte da condição biológica e fisiológica de qualquer ser vivo. O ser humano também enfrenta em algum momento de sua vida a manifestação do adoecimento, seja decorrente de fatores externos ou de predisposições genéticas. O fato é que o adoecer não é simplesmente a instalação de uma doença no organismo ou a mera ausência de saúde; como no caso do famoso e ultrapassado conceito do binômio saúde-doença, no qual o sujeito saudável seria aquele que não possui nenhum agente patológico agindo sobre seu corpo ao ponto de causar desequilíbrio na sua saúde.

De acordo com a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), ocorrida em 1986, em Brasília:

Saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. (CNS, 1987, p. 382)

Além disso, a VIII CNS afirma que a saúde não é um conceito abstrato, porém definido pelo contexto histórico de uma determinada sociedade e um momento específico de seu desenvolvimento. Não se configura como uma simples benesse do Estado, mas como uma conquista da população em suas lutas cotidianas.

Legalmente, a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, afirma que os determinantes e condicionantes da saúde são, entre outros: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (BRASIL, 2016).

Do mesmo modo, o adoecer não pode ser entendido como a simples instalação de uma certa condição patológica de caráter biológico, mas sim, como um processo que além das implicações fisiológicas no organismo, abrange uma totalidade complexa e heterogênea de

fatores que interagem na produção, manutenção ou superação deste adoecer.

O adoecimento, neste sentido, se processa de forma diferente em cada contexto ou totalidade histórica e cultural; outrossim, sua expressão também adquire contornos próprios de acordo com a faixa etária da pessoa que adoecer. Isto é, a vivência do adoecimento na infância é diferente da vivência do adulto; o idoso expressa seu adoecer diferentemente do adolescente. Cada etapa do ciclo da vida apresenta características próprias, sejam elas de fortalecimento ou enfraquecimento do ser, e isto se expressa também no momento do adoecer.

Na adolescência o fenômeno do adoecimento pode se manifestar de diversas maneiras, uma vez que a adolescência em si, segundo o pensamento de Ozella e Aguiar (2008), é uma etapa que comporta múltiplas formas de vivência de acordo com os mais variados contextos históricos, culturais e econômicos, em alguns contextos ela é protegida e amparada, noutros é negligenciada e precocemente interrompida; tanto que se fala, conforme já mencionado, em adolescências no plural, por se entender que ela envolve um leque amplo e complexo de coexistência do ser adolescente.

Desta forma, o adoecer de câncer na adolescência possui características ímpares em relação às outras formas de patologia. Capitão e Zampronha (2004) identificam que os adolescentes apresentam como principais características os sintomas depressivos que se manifestam como medo de morrer, alteração na imagem corporal, rebaixamento da autoestima, insegurança em relação ao seu futuro que envolve questões como trabalho, formação de família e medo que seus filhos venham a desenvolver o câncer. Há ainda, as dúvidas sobre a possibilidade de superar a doença sem sequelas e, assim, dar continuidade ao seu projeto de vida.

Fenômenos que também foram identificados por Costa (2013), segundo a autora, os adolescentes que sofrem com o câncer passam por significativas mudanças no modo de viver, na forma como compreendem a vida, no manejo das relações interpessoais, na autopercepção de si e das alterações físicas; impactos que refletem, principalmente, na diminuição da autoestima, em isolamentos e na manifestação de sintomas depressivos.

Além disso, o adoecer de câncer na adolescência implica na necessidade de amadurecimento e reflexão sobre temas pouco usuais nesta faixa etária, salvo entre os adolescentes que vivem em situações de exposição diária ao risco de vida e à possibilidade de morte prematura, como aqueles aliciados pelo crime organizado e pelo narcotráfico (FEFFERMAN, 2011).

Ou seja, de acordo com Costa (2013):

ter câncer significa a realização de um curso rápido de amadurecimento, no qual o ser acometido estabelece rapidamente suas prioridades, refletindo sobre sua vida, seus sonhos possíveis ou impossíveis. Frente ao fenômeno do câncer, há uma mudança na ordem valorativa de ações, objetos, momentos e percepções e sentimentos acerca da vida e das pessoas. (p. 27)

Importante ressaltar que mesmo tendo a consciência de que existem inúmeros modos de se viver a adolescência dentro do atual contexto da sociedade capitalista, os diferentes autores identificaram em seus estudos que os adolescentes, das mais diversas origens sociais, apresentam quadros semelhantes e vivências parecidas no momento do diagnóstico, durante o tratamento e no acompanhamento ambulatorial após alta hospitalar.

Outra característica a relatar sobre o adoecimento de câncer na adolescência é o impacto causado no interior das relações familiares. De acordo com Silva et al. (2009), a revelação diagnóstica do câncer provoca nos familiares situações e sentimentos por vezes contrastantes, como: desespero frente à doença; possibilidade de perda do adolescente ou medo da morte; fortalecimento dos vínculos de solidariedade; ciúmes; desprezo e mudanças bruscas nas rotinas familiares. As autoras referem ainda que estas transformações envolvem aspectos físicos, psicossociais e financeiros, gerando fortes desequilíbrios no convívio social e familiar.

Logo, o enfrentamento da doença requer do adolescente o desenvolvimento de estratégias de manejo dos sintomas e de fortalecimento de si como sujeito de transformação da realidade. Para tal, se faz necessário não apenas esperar dos adolescentes a iniciativa em prol de uma melhoria na qualidade de vida. Na verdade todo o entorno relacional deve criar estímulos positivos nesta direção. Silva et al. (2009) afirmam a necessidade de uma assistência pautada na humanização do tratamento e do acompanhamento, além da valorização dos cuidadores e familiares.

Além disso, Rossari (apud COSTA, 2013, p. 28) pontua a urgência de se “incentivar o adolescente a tomar suas próprias decisões com relação ao seu tratamento, apoiando a sua independência e respondendo aos questionamentos feitos” por ele em relação à doença e ao tratamento ao qual está sendo submetido. Fator que contribui bastante para maiores chances de sucesso e melhoria na interação com a família, com a equipe de saúde e consigo próprio.

Seguindo esta mesma direção, Cazarolli et al. (2011) também apontam a necessidade de fortalecimento dos adolescentes a partir do apoio efetivo da família, da manutenção dos

laços afetivos com os amigos e de uma equipe profissional acolhedora e experiente na criação de relações aconchegantes, as quais são capazes de potencializá-los no sentido da adesão ao tratamento.

Tudo isto só é possível quando se abrem espaços de diálogo autêntico e de expressão dos verdadeiros sentimentos com os adolescentes, espaços nos quais se podem compreender os seus mecanismos de defesa e suas estratégias de enfrentamento do câncer. (REZENDE et al., 2009). Ou seja, possibilitar que eles se expressem de forma autêntica, respeitando sempre sua autonomia e sua capacidade de lidar com os problemas e gerenciar estratégias de resolução de conflitos. De fato, considerá-los como pessoas e não simples pacientes.

3 CAPÍTULO II – TRABALHO: FUNDAMENTO DO SER SOCIAL

Este capítulo aborda a categoria trabalho e delimita as características essenciais que fundamentam sua condição primária de mediador da construção ontológica do ser social. Para melhor desenvolvimento do tema, optou-se por dividir o capítulo em dois subitens: no primeiro, a ênfase se faz no desenvolvimento histórico do trabalho, desde a Grécia Clássica, passando pelo feudalismo, seguindo pelo advento da hegemonia política e econômica da burguesia até chegar no cenário do capitalismo pós-Estado do Bem-Estar Social, marcado pelo neoliberalismo e pela flexibilização e precarização das relações de trabalho. No segundo subitem, disserta-se sobre o trabalho e seu caráter fundamental de formação ontológica do ser social. Nesta discussão são apresentados os elementos que definem a categoria e, também, seu duplo caráter no interior da lógica do capital-trabalho, a saber, trabalho formador ontológico do ser social e trabalho como meio de reprodução do capital e alienação do ser social.

3.1 Trabalho: Um Breve Histórico

O trabalho assumiu diversas configurações de acordo com o contexto cultural e econômico de cada sociedade. Todavia, não existe sociedade humana onde o trabalho seja algo desconhecido. Neste sentido, na tentativa de compreender a formação desta categoria, apresenta-se em seguida suas configurações ao longo da História.

3.1.1 O Trabalho na Grécia Clássica

Na sociedade grega clássica o trabalho era visto como algo relegado aos estratos desprestigiados da sociedade, aos quais não eram sequer reconhecidos seus direitos quanto à cidadania. Dentro desta categoria se encontravam os servos, escravos, crianças e mulheres, os quais estavam presos aos limites da vida privada, cabendo aos homens livres e cidadãos o exercício da vida pública e política (ARENDRT, 2007).

Ainda com Arendt (2007), na pólis grega o trabalho era algo indigno do cidadão, não porque este fosse destinado às camadas mais fracas e exploradas da sociedade, mas porque trabalhar significava sujeitar-se à necessidade, isto é, referia-se diretamente ao fato de que o trabalhador doméstico, escravo, servo preferia estar vivo a reclamar e lutar por sua liberdade,

tornando-se, deste modo, moralmente inferior no âmbito da sociedade grega clássica. Arendt ilustra bem esta situação ao afirmar que:

[...] um homem livre e pobre preferia a insegurança de um mercado de trabalho que mudasse diariamente a um trabalho regular e garantido; este último, por lhe restringir a liberdade de fazer o que desejasse a cada dia, já era considerado servidão (*douleia*), e até mesmo o trabalho árduo e penoso era preferível à vida tranquila de que gozavam muitos escravos domésticos. (2007, p. 40-41)

Embora a sociedade grega clássica entendesse o trabalho como indigno do cidadão e destinado às pessoas sem reconhecimento de cidadania, ele existia e sustentava o exercício da liberdade e da política por uma minoria que, desobrigada da necessidade de se prover por meio do labor de seu corpo, tinha suas necessidades providas por aqueles considerados inferiores e submetidos ao seu poder na esfera da vida privada (ARENDR, 2007).

3.1.2 Idade Média, Feudalismo e Trabalho

Com o advento e hegemonia do pensamento cristão na Europa, o trabalho passou por uma transformação conceitual e moral durante a Idade Média. De fato, trabalhar não deixou de ser visto como algo fortemente atrelado às classes sociais subalternas, presas à necessidade de prover diariamente seu sustento com o suor de seus corpos. A mudança se deu na acepção da ideia de que o sofrimento promovido pelo trabalho, longe de ser entendido como indigno e desonroso, passou a ser compreendido como caminho seguro para a salvação da alma (ANTUNES, 2005).

A relação entre trabalho, sofrimento e salvação espiritual apontada por Antunes (2005) também se vê confirmada por Duby ao afirmar que:

Os pobres, ganhando com o suor do seu rosto os magros escudos que mãos ávidas logo se encarniçam em tirar-lhes. “Ignóbeis” porque trabalham – e têm de trabalhar porque são pobres –, sob pena de se verem acusados de orgulho e votados à danação. (1994, p. 352).

Todavia, esta visão do trabalho era imposta, na Idade Média, à ordem mais baixa da sociedade, os camponeses. Aos nobres o trabalho não convinha e nem era visto como algo digno, reforçando a concepção clássica grega de trabalho. Logo, para a nobreza e o clero da sociedade feudal: “O trabalho é servidão. Avilta, degrada. [...] o homem de estirpe não deve

por as mãos no trabalho, que deve viver como senhor e ser alimentado por outros.” (DUBY, 1994, p. 352).

De acordo com Duby (1994), o período da Idade Média foi marcado pelo feudalismo, o qual dividia a sociedade em três estratos ou ordens: clero, nobreza e servos. Esta divisão praticamente impedia a mobilidade social, isto é, o lugar de cada indivíduo na sociedade era determinado pelo nascimento. Assim, a divisão social do trabalho se estabelecia de acordo com a ordem que o indivíduo ocupava na sociedade: religioso, soldado ou camponês. Aos nobres, o governo e o combate; ao clero, a intermediação com o sagrado; e aos servos, o trabalho de cultivar a terra e alimentar todas as ordens.

Entretanto, esta unidade “equilibrada” e “harmoniosa” da divisão social do trabalho na sociedade feudal, embora fosse hegemônica, comportava em si novos modelos de trabalho livre e não regulado pelo sistema feudal. Ou seja, dentro do próprio modo de produção feudal surgia, a partir da necessidade de troca, venda e compra de mercadorias que faltavam ao feudo, uma nova categoria de trabalhadores livres dos laços de servidão, os quais foram pouco a pouco se estruturando como uma nova classe social, a burguesia.

3.1.3 Advento e Hegemonia da Classe Burguesa e a Formação da Sociedade Capitalista

Essa reestruturação da sociedade, a partir do advento da burguesia, trouxe mudanças na concepção do trabalho e construiu as bases de sustentação de um novo modelo social e econômico. Também ocorriam, em paralelo, mudanças ideológicas que retiravam do centro da sociedade a explicação divina, fazendo o ser humano livre para pensar, governar e trabalhar. Na citação de Marx e Engels:

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. (2007, p.43)

Ou seja, o surgimento e fortalecimento da burguesia e, conseqüentemente, do capitalismo acelerou o fim do feudalismo, pondo em seu lugar um novo modelo de sociedade, onde o trabalho não estava preso às corporações de ofício e ao controle do senhor feudal. Tal sistema apregoava a liberdade comercial e a livre concorrência, junto à diminuição crescente da interferência estatal em relação ao mercado.

A liberdade comercial e a interferência mínima do Estado promoveram igualmente a mercantilização do trabalho, que transformou o fazer do trabalhador e sua autonomia em simples mercadoria que se compra por um salário. Daí que, para Marx e Engels, “esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro” (2007, p. 46).

A hegemonia política, econômica, ideológica, cultural e social da burguesia, que se construiu ao longo da Idade Moderna, promoveu a destruição dos últimos resquícios do feudalismo e do Estado Absoluto; as grandes navegações, a Reforma Protestante, a assunção dos ideais iluministas e liberais também colaboraram com o fortalecimento da burguesia, que deixou de ser uma classe composta por trabalhadores livres e por servos fugitivos dos feudos, para se firmar como a classe com maior poder econômico, político e ideológico. Como disseram Marx e Engels: “A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto” (2007, p. 44).

3.1.4 Formação da Classe Trabalhadora e sua Organização Política: Séculos XIX e XX

Com a Revolução Industrial, o trabalho ganhou uma nova configuração, aumentando sua divisão social e a necessidade crescente de um grande exército de reserva de operários, os quais como engrenagens de uma máquina, eram dispensados ou contratados de acordo com os “humores” do mercado internacional e do capital. Neste período não havia direitos trabalhistas garantidos e o Estado do Bem-Estar Social não passava de uma utopia da classe operária.

Este cenário, de ampla liberdade do mercado e de pouca interferência estatal, possibilitou a ampliação da acumulação do capital pela burguesia e a criação de um enorme abismo entre uma pequena parcela da sociedade detentora dos meios de produção e do capital, os burgueses; e do outro lado, uma enorme massa de trabalhadores que vendiam sua força de trabalho em troca de condições mínimas de sobrevivência.

Entretanto, este mesmo cenário de exploração e injustiça social, onde uma classe se opõe e se impõe, material e ideologicamente, sobre outra, fomentou a classe trabalhadora a construir uma consciência de classe e a necessidade de lutar contra a opressão. Nas palavras de Marx e Engels:

Os elementos materiais de uma subversão total são, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria “produção da vida” vigente, contra a “atividade total” sobre a qual se baseia. (1991, p. 57)

Deste modo, ao fim do século XIX e início do século XX, um grande contingente de trabalhadores na Europa estava organizado em sindicatos, associações e partidos políticos, alguns comunistas, outros anarquistas e, também, em movimentos de trabalhadores com propostas reformistas e sem pretensão de supressão do sistema capitalista, como os sindicalismos católico, nazi-facista e o norte-americano.

Seguindo o raciocínio de Marx e Engels (2007) sobre a organização política da classe proletária, pode-se afirmar que a organização da classe trabalhadora e sua luta por direitos trabalhistas e sociais pressionaram a burguesia a conceder espaço e desejar reformas no sentido de amenizar os conflitos e reestruturar o modo de produção capitalista. Além disso, as melhorias na qualidade de vida do proletariado e o aumento de sua renda financeira implicavam também o fortalecimento do mercado consumidor de produtos e serviços. Ou seja, o crescimento do poder de consumo, a garantia de direitos sociais e trabalhistas, entre outros, fez surgir uma massa de trabalhadores estabilizados e alinhados aos ideais do capital, pois para eles existiam o fetiche da mercadoria e o sonho de tornarem-se ricos dentro do próprio sistema capitalista. Daí que, para os autores, os setores médios da classe trabalhadora não são considerados revolucionários, mas conservadores, pelo fato de encontrarem dentro do capitalismo condições de se proverem muito além do simples suprimento das necessidades vitais básicas.

Todavia, tal estabilidade só foi plenamente possível dentro do chamado Estado do Bem-Estar Social que funcionou apenas nos países capitalistas desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos durante um curto período da história do capitalismo, entre a década de 1930 até o início da década de 1990, cedendo lugar ao avanço da política neoliberal e o desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários (BEHRING, 2006).

3.1.5 O Trabalho na Fase de Reestruturação Produtiva do Capital

Com o fim do Estado de Bem-Estar Social e a imposição global do neoliberalismo como padrão para o capitalismo, a categoria trabalho sofreu forte impacto, principalmente

com o fim da estabilidade e o aumento de situações de precarização dos contratos, terceirizações, aumento do trabalho informal, desemprego estrutural, exclusão de jovens e idosos, entre outros, como bem identificou Antunes (2005) em seus estudos sobre a nova morfologia do trabalho.

Para Iamamoto (2000), o atual cenário do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo indica uma tendência de polarização da classe trabalhadora, existindo “uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc.” (p. 32).

De acordo com Sennett (2009), tal configuração assumida pelo trabalho no atual contexto do novo capitalismo não permite ao trabalhador estabelecer um projeto de longo prazo, como ocorria no antigo modelo fordista-taylorista, pois a flexibilização do trabalho, a desestruturação da linha de montagem e o novo modelo de utilização do tempo priorizam as relações de curto prazo, os objetivos imediatos, o desempenho criativo e polifuncional das “equipes” e das pessoas. Contexto que, ao mesmo tempo em que aumenta o acúmulo do capital, divide os trabalhadores através do acirramento da concorrência entre si e da fragilização dos vínculos de classe com interesses políticos próprios.

Desta forma, se para os países capitalistas desenvolvidos a reestruturação produtiva do capital impactou profundamente nas garantias trabalhistas, previdenciárias e sociais, o que dizer dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. De acordo com Antunes (2005), nestes países “que nunca conheceram o Estado do bem-estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou o aceite de qualquer labor” (p. 13).

Ou seja, o processo de flexibilização e reestruturação produtiva do capital, na análise de Iamamoto:

vem redundando, contraditoriamente, na recriação de formas de trabalho antigas, [grifo da autora] como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural. (2000, p. 32)

3.1.6 O Trabalho Flexível e sua Relação com as Novas Gerações de Trabalhadores

A história demonstra que as relações políticas, sociais e econômicas configuram o

trabalho em acordo com a ideologia hegemônica vigente, ora visto como punição, degradação e servidão; indigno de ser praticado pelos cidadãos livres, como foi o caso do trabalho na pólis grega; ora entendido como a base fundamental de produção e reprodução do capital; trabalho como garantia de “cidadania” e inclusão no mercado de consumo.

Esta concepção do trabalho como elemento de garantia de “cidadania” no atual cenário histórico da sociedade capitalista interessa muito ao presente estudo, pois o adolescente e sua família compartilham da visão do trabalho como integrador do indivíduo à sociedade. Isto é, o trabalho visto como agente de transformação de pessoas isoladas em cidadãos inseridos no contexto político e econômico da sociedade de consumo. De acordo com as conclusões da pesquisa de Rizzo e Chamon (2010) sobre adolescentes trabalhadores, o trabalho é entendido pelos adolescentes como uma forma de fugir da condição social de pobreza e da falta de oportunidades, impedindo-os de se envolver em “coisas erradas” e como forma de ocupar o tempo ocioso; também é visto como meio de entrada no mercado de consumo e garantia de liberdade financeira; além disso, comporta a ideia de independência e entrada na vida adulta, ilustrada pela possibilidade de contribuir com o orçamento doméstico.

Contudo, o adolescente trabalhador, tal como descrito na pesquisa de Rizzo e Chamon (2010), inserido no atual contexto do capitalismo “flexível”, enfrenta as mesmas questões relativas à precarização, subcontratação e outras mazelas criadas pela reestruturação produtiva do capital, com o agravante de que os adolescentes e as crianças acabam se tornando as vítimas mais frágeis desta lógica, pois muitas vezes precisam abandonar seus estudos e “atropelar” etapas de desenvolvimento humano no intuito de “cooperar” com a sobrevivência familiar (IAMAMOTO, 2000).

3.2 A Centralidade do Trabalho na Formação do Ser Social

Após concluir o breve histórico da categoria trabalho e delimitar suas características no atual contexto do capitalismo contemporâneo, cabe agora compreender seu caráter central na formação do ser social. De acordo com Karl Marx:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem [...] media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (1996, p. 297)

Tal movimento de transformação de si mediado pelo trabalho, torna o ser humano um animal qualitativamente diferente em sua relação com a Natureza, pois estabelece com esta uma relação mediada pelo trabalho, que não deve ser confundida com a ação direta e imediata dos demais seres vivos em relação à Natureza. De acordo com Marx e Engels (1991), a principal característica que diferencia os seres humanos dos animais, é o fato daqueles serem capazes de produzir seus meios de vida, ao passo que os animais estão condicionados e limitados a sua organização corporal.

Todavia, embora os seres humanos sejam capazes de produzir conscientemente seus meios de vida, estão permanentemente ligados à natureza e dependem dela para o seu sustento, reprodução e desenvolvimento; ou seja, “por mais desenvolvida que seja a sociedade, ela sempre terá uma base natural. Sem a transformação da natureza pelos homens – e sem a reprodução biológica – não há história humana.” (LESSA, 1999, p. 01).

3.2.1 Elementos Constituintes do Processo de Trabalho

Ressalta-se ainda, para melhor compreensão da centralidade da categoria trabalho na formação ontológica do ser social, os três elementos constituintes do processo de trabalho, a saber: seu caráter teleológico ou de atividade orientada para um fim, seu objeto e seus meios (MARX, 1996).

Teleologicamente, o trabalho sempre se orienta a um fim específico, é pensado anteriormente pelo sujeito a partir de suas necessidades concretas e planejado para que se atinjam os objetivos predefinidos, modificando, dialética e concretamente, a realidade e o próprio sujeito da ação, os quais se tornam mais complexos e com novos conhecimentos e habilidades. Nas palavras de Lessa:

[...] todo ato de trabalho, sempre voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas consequências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mas se estendem por toda a história da humanidade. (1999, p. 4)

Dimensão também reforçada por Antunes (2009) que considera o trabalho como “um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, *dotado de intrínseca dimensão teleológica*. [grifo do autor]” (p.166). Além disso, o autor entende esta dimensão como algo

concreto e manifesto na experiência elementar da vida cotidiana em suas inter-relações e interações com esferas mais genéricas e universais; trabalho como ponto de partida “para a *genericidade para si* [grifo do autor] dos homens.” (ANTUNES, 2009, p. 166).

Quanto ao objeto do trabalho, pode-se defini-lo como todas as coisas que são submetidas à transformação mediante o processo de trabalho. Para Marx (1996), o objeto do trabalho pode ser preexistente por natureza, devido à sua condição primária de estar em conexão direta com a natureza, cabendo ao processo de trabalho somente a ação de interrupção desta conexão. Por exemplo: “o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão.” (MARX, 1996, p. 298). Assim também, se o objeto de trabalho já foi resultado de trabalho anterior, então se denomina de matéria-prima. Ou seja, o peixe que fora pescado ao ser comprado no mercado é matéria-prima para o preparo de algum prato; a madeira abatida da floresta vira matéria-prima para a construção de uma porta e o minério extraído do filão se torna matéria-prima na fundição do aço.

Logo, para Marx (1996), toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho pode ser considerado matéria-prima, pois, para isso, é necessário que o objeto de trabalho já tenha sofrido alguma modificação mediada pelo trabalho.

Em relação ao meio de trabalho, Marx (1996) o identifica como uma coisa ou complexo de coisas que são postas pelo trabalhador entre si e o objeto de trabalho, servindo de condutor da atividade sobre este objeto. Isto é, tudo aquilo que é utilizado, intencionalmente, com a função de mediar a atividade humana no processo de transformação do objeto em um produto final com um valor de uso concreto, o qual foi previamente planejado. Citando Marx (1996):

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. (p. 300)

Resumidamente, para Marx (1996), os elementos simples do processo de trabalho são: “a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (p. 298). Tal definição é bastante importante na compreensão do trabalho como categoria central na formação do ser social, pois, como argumenta Lessa (1999), o processo de construção da

realidade objetiva realizado pelos seres humanos, dialeticamente, também transforma os seres humanos que se constituem como indivíduos.

Ou seja, o trabalho é o principal mediador entre as necessidades e a realização delas, pois, de acordo com Lukács (apud ANTUNES, 2009, p. 139), com ele se dá “uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando o trabalho intervém como mediação entre necessidade e satisfação imediata.”

3.2.2 O Duplo Caráter do Trabalho no Modo de Produção Capitalista

O trabalho não apenas modifica objetos em produtos finais a partir de um ou vários meios que servem de condutores da atividade sobre o objeto, ele também é a base de formação ontológica do ser social, uma vez que ao intervir na natureza de forma mediada por instrumentos e seguindo uma intenção teleológica, o ser humano adquire novas habilidades e conhecimentos que antes não possuía; conhecimentos sobre a natureza, sobre os produtos de seu trabalho, sobre os meios necessários para execução da atividade e conhecimento sobre si mesmo, também chamado por conhecimento reflexivo ou consciência.

Essa manifestação do trabalho como constituinte do ser humano diz respeito ao trabalho concreto, produtor de valor de uso, trabalho entendido como fundamento ontológico do ser social. Todavia, segundo Marx (1996), o trabalho, no contexto da sociedade capitalista, assume também o caráter de trabalho alienado, produtor de valor de troca, de mercadoria expropriada do proletariado, o produtor direto de riqueza, pelo capitalista, o detentor dos meios de produção. Neste aspecto específico, o trabalho se torna constituinte de coisas alienadas do produtor direto, ao mesmo tempo em que, neste processo, reifica o próprio ser social, torna-o objeto, coisa entre outras que formam, acumulam e expandem o capital, negando ao homem a possibilidade de emancipação humana.

Isto se tornou possível uma vez que ao longo da história humana o trabalho adquiriu novas complexidades e divisões sociais que antes não existiam. De acordo com Lessa (1999), o aparecimento da agricultura, por exemplo, possibilitou ao ser humano produzir mais do que precisava para sobreviver, ou seja, a produção excedente precisou ser acumulada e tal acumulação mostrou-se lucrativa, dando gênese à exploração de uma classe por outra.

Neste sentido, o trabalho, a partir do momento que deixou de ser atividade humana genérica e passou a ser obrigação de uma classe trabalhadora que não é dona dos meios de

produção, tornou-se produtor de coisas estranhas e alienadas daquele que, efetivamente, produz. Ou seja, “o trabalho, agora, não mais será realizado por todos os membros da sociedade, mas terá uma classe social [...] que explorará o trabalho da classe trabalhadora.” (LESSA, 1999, p. 05).

Logo, na sociedade capitalista, o trabalho se caracteriza por ser alienado ou estranhado, fato que se agrava com a contínua necessidade de reprodução crescente do capital pois, “tal como o trabalho é alienado ao capital ao se converter em trabalho assalariado, também a reprodução social passa por um processo de alienação ao se identificar com a reprodução do capital.” (LESSA, 1999, p.12). O que implica no antagonismo entre a necessidade de reprodução ampliada do capital e as necessidades humanas, levando as forças produtivas a produzirem não o que as pessoas precisam, mas o que gera lucro.

Tal cenário é a base do conflito de classes dentro do Modo de Produção Capitalista (MPC). Isto é, no âmbito do MPC existe necessariamente o antagonismo entre classes sociais; de um lado, os detentores dos meios produtivos, a classe capitalista, e do outro lado, o proletariado que vende ao capitalista sua única mercadoria, a força de trabalho. De acordo com Montañó e Duriguetto (2010):

Essa é uma relação de compra e venda da força de trabalho (agora transformada em mercadoria): o trabalhador, para ter acesso aos meios necessários para produzir (de propriedade do capital), necessita vender sua força de trabalho; como contrapartida disso, o capitalista, para possuir a única mercadoria que pode valorizar seu capital, criando um valor superior ao próprio (a força de trabalho que possui o trabalhador, criadora de mais-valia) precisa comprar a força de trabalho e incorporá-la como “capital variável”. (p. 78-79)

Esta bipolarização entre classes sociais (capitalistas versus proletariado) é a base de sustentação e manutenção do MPC, a contradição central que funda o próprio sistema capitalista, o qual se caracteriza pela exploração da força de trabalho pelo capital para obtenção da mais-valia. Tal base produz um contexto que ao mesmo tempo é opressivo e, contraditoriamente, potencializador de formação de um novo nível de consciência na classe trabalhadora, a saber, a consciência revolucionária.

Ou seja, inicialmente, conforme Marx (1985), a massa trabalhadora se caracteriza, frente ao capital, como uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Apenas “na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe.” (p. 159). Dito isto, compreende-se que o conceito de “classe em si” corresponde à simples existência de uma classe, sua objetificação em si mesma como

unidade diferenciada. Por outro lado, entende-se que a partir do momento que a classe toma consciência do que a distingue de outras classes e dos seus interesses próprios, ela adquire consciência de classe, implicando na necessidade de se organizar politicamente na luta por seus interesses; tal fato a faz passar para um novo patamar e se reconhecer como “classe para si”.

Assim, o processo de formação, acumulação e expansão do capital e de reprodução social da ideologia e dos valores capitalistas, tem por base a exploração do trabalho assalariado pela classe burguesa, dona dos meios de produção, em um movimento de negação do ser social. Entretanto, estas mesmas características opressivas guardam em si elementos educativos essenciais ao proletariado, em sua constituição como classe para si, uma vez que a própria burguesia ao submeter o proletariado ao seu jugo, fornece a ele as armas que a destruirão. Pois ela “não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas.” (MARX; ENGELS, 2007, p.46).

3.2.3 A Precarização das Relações de Trabalho no Contexto do Capitalismo Manipulatório

No atual contexto do capitalismo e da precarização das relações de trabalho, identifica-se não apenas a reestruturação produtiva do capital em relação ao trabalho e sua precarização, como argumentaram Antunes (2005, 2009) e Sennet (2009). Põe-se em curso também a “precarização do homem que trabalha” (ALVES, 2008, 2010), na qual o ser humano é submetido ao processo de negação de sua condição de ser genérico, numa tentativa de reduzi-lo a simples engrenagem propulsora da acumulação ampliada do capital em sua atual fase de crise estrutural.

Ou seja, a atual fase do capitalismo manipulatório incide diretamente na formação subjetiva do trabalhador, boicotando seu processo de conscientização e organização como “classe para si”, isto é, “o discurso da organização do trabalho incorpora um novo léxico: trabalhadores assalariados, operários ou empregados tornam-se 'colaboradores'. Deve-se esvaziar o discurso do conflito ou luta de classes.” (ALVES, 2010, p. 06).

Assim, a proposta do novo modelo de trabalho, no âmbito do capitalismo flexível ou manipulatório, é tornar o trabalhador “domesticado” e “adestrado” a reproduzir os valores, sonhos e expectativas da empresa, nas palavras de Alves (2010, p. 06): “Não se trata apenas

de administrar recursos humanos, mas sim, de manipular talentos humanos, no sentido de cultivar o envolvimento de cada um com os ideais (e ideias) da empresa.” Tal contexto impacta na construção subjetiva do ser humano-genérico, favorecendo o que Alves (2010) definiu como dessubjetivação de classe, isto é, na instauração de dinâmicas sociais, políticas, ideológicas e culturais que visam, por meio da ideologia do individualismo na vida social, fragmentar e deslegitimar os coletivos do trabalho que, historicamente, enfrentam as condições injustas de exploração e opressão dentro da sociedade capitalista.

Iamamoto (2000) também identifica esta tendência crescente da perda dos valores históricos da classe trabalhadora e da consciência de “classe para si”, em face à ampliação do individualismo na nova lógica do capital flexível e do trabalho precarizado. Para a autora:

Constata-se, ainda, a convivência de formas de trabalho assalariado com o trabalho autônomo, doméstico, clandestino e as múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, com amplo comprometimento das conquistas e direitos trabalhistas, assim como das tradicionais estratégias de organização e luta sindical. (IAMAMOTO, 2000, p. 86-87)

Além disso, a reestruturação produtiva do capital, marcada pela precarização do trabalho, envolve também o redimensionamento do Estado, principalmente, no que diz respeito aos serviços e políticas sociais, os quais são extintos ou reduzidos. Iamamoto (2000) argumenta que este contexto “faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida.” (p. 87).

Expõe-se, assim, um cenário no qual o trabalho, dimensão fundamental da construção do ser social, assume, dentro da lógica do “capitalismo manipulatório” (ALVES, 2008, 2010) e da flexibilização e precarização das relações de trabalho (ANTUNES, 2005, 2009; SENETT, 2009), um caráter de instrumento utilizado pelo capital para se apropriar não apenas da força de trabalho, entendida como única mercadoria do trabalhador, mas se apropriar inclusive da subjetividade deste trabalhador em todas as dimensões de sua vida, seja pública ou privada.

De acordo com Alves (2010), a lógica da “dessubjetivação de classe” visa fragmentar a construção da consciência de classe para si por meio do individualismo na vida social; para isso, torna-se imprescindível a captação das novas gerações de trabalhadores, os quais não possuem uma história de luta coletiva e de consciência crítica a respeito dos interesses antagônicos entre capital e trabalho assalariado pois, “o processo de reestruturação produtiva é [...] um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores” (ALVES, 2008, p. 117).

Neste sentido, o autor explica que:

O “transformismo” do contingente etário de uma empresa é um dos aspectos que tende a contribuir para a “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Tem ocorrido uma mudança conceitual nos sistemas de recrutamento das empresas, que procuram empregar jovens cursando ensino superior ou recém-egressos das Faculdades de Administração de Empresas e Economia, inculcados nos valores, expectativas e utopias de mercado, e, portanto, mais dispostos a “colaborar” com as metas do novo capitalismo flexível. (ALVES, 2008, p. 117)

Com isto, o adolescente desta nova geração de futuros trabalhadores se encontra imerso em um contexto onde o trabalho assalariado já não corresponde às antigas diretrizes de segurança e formalidade dos contratos estáveis, mesmo que tais fantasias ainda estejam vivas como ideais de sucesso profissional na mente deles, como se constatou na pesquisa de Rizzo e Chamon (2010) sobre o sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. O cenário do trabalho que se abre para estas novas gerações é o do capitalismo manipulatório, onde eles são postos como “colaboradores” e “parceiros” do sucesso da empresa, acreditando fielmente que o empregador e a empresa são idôneos e que não existe antagonismo entre as classes sociais, nem exploração da força de trabalho, mas sim que, para crescerem profissionalmente é necessário “vestirem a camisa da empresa”, serem proativos, competitivos e, acima de tudo, individualistas, pois o outro não é visto como um igual com os mesmos interesses de classe, porém como um concorrente.

Neste sentido, em concordância com Alves (2008, 2010), cada trabalhador, cada adolescente, cada pessoa dentro da lógica do capitalismo manipulatório é uma instância isolada, um autoempreendedor que necessita vencer os rivais (outros trabalhadores), recaindo apenas sobre si a glória de todo sucesso que obtiver ou a culpa por todo e qualquer fracasso.

Logo, a categoria trabalho neste estudo não se confunde com emprego ou profissão, ela engloba toda a discussão feita anteriormente sobre trabalho enquanto constituinte do ser social, ao mesmo tempo, em que, dialeticamente, o nega de sua condição humana no trabalho alienado, porém criando espaços de resistência e de educação para a formação de uma consciência ético-política em direção ao processo de construção da emancipação humana, mesmo que, no atual contexto do capitalismo manipulatório e flexível, tais espaços estejam cada vez mais escassos e fragmentados.

4 CAPÍTULO III – PESQUISA DE CAMPO: ENCONTRO COM A REALIDADE

Esta pesquisa, por envolver seres humanos, transcorreu em conformidade com a Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012. Tendo sido submetida à apreciação ética do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Infantil Albert Sabin (CEP-HIAS). Informa-se ainda que este estudo está registrado na Plataforma Brasil, do Ministério da Saúde, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE nº 50997615.5.0000.5042. Igualmente se registra aqui que o colegiado do CEP-HIAS se manifestou favorável à realização da pesquisa, em 24 de novembro de 2015, por meio do Parecer nº 1.334.765.

Neste capítulo se aborda todo o processo de coleta de dados, análise de conteúdo e categorização das unidades de sentido identificadas nos discursos dos participantes. Inicialmente, realiza-se a caracterização do campo e dos participantes do estudo. Em seguida, descreve-se a sistemática de coleta de dados e os desafios encontrados ao longo do percurso. Finalmente, a metodologia da análise de conteúdo é utilizada para identificar as categorias de análise presente nos discursos e interpretar os seus sentidos e significados à luz do referencial teórico adotado nesta investigação.

4.1 Caracterização do Campo

A pesquisa foi desenvolvida no Ambulatório de Oncologia do HIAS, o qual funciona nas terças-feiras pela manhã, nas quintas-feiras à tarde e nas sextas-feiras pela manhã. Atende pacientes após alta do tratamento contra o câncer, os quais são acompanhados com uma periodicidade mensal logo após a alta. Depois, a frequência de atendimentos passa a ter maior intervalo temporal: bimestral, semestral e, finalmente, anual até completar dez anos sem nenhuma evidência de retorno da doença ou outra complicação.

O Ambulatório de Oncologia do HIAS integra o Serviço de Oncologia, o qual foi inaugurado em 1979. O Serviço iniciou suas atividades no espaço atualmente destinado apenas para o Ambulatório, demonstrando que ao longo das décadas houve um aumento significativo da demanda e da oferta qualificada de assistência multiprofissional à criança e ao adolescente com câncer.

O Ambulatório em si foi implantado em 1990 e possuía somente uma sala de

atendimento e reduzida equipe profissional. Em 1992, foi criada a Enfermaria de Quimioterapia, ampliando a oferta e qualidade de atendimento.

Atualmente, o Serviço de Oncologia do HIAS é reconhecido, no Brasil, como um dos oito centros de referência no diagnóstico, tratamento e acompanhamento do câncer infantojuvenil. Direciona-se para o atendimento do público com idade entre 0 e 19 anos incompletos, porém mesmo que o adolescente, durante o tratamento ou acompanhamento, ultrapasse a idade máxima de atendimento no Serviço, ele prossegue seu acompanhamento por um período de até doze anos.

O Serviço de Oncologia possui vários projetos sociais e educacionais agregados, como: Projeto ABC, +Saúde, Biblio+Terapia entre outros. O Serviço Social também se presentifica nestes projetos e contribui no diagnóstico precoce, em campanhas de educação em saúde na comunidade e encaminhamento para acesso aos direitos de saúde, previdenciários e socioassistenciais. Além disso, o Serviço Social elabora e participa de pesquisas médicas e sociais no intuito de identificar problemas, os quais possam prejudicar ou interferir no tratamento e acompanhamento.

No que diz respeito ao Ambulatório, ele possui excelente nível de organização e de qualidade no atendimento humanizado de crianças e adolescentes. Conta com sala de coordenação, sala do Serviço Social, doze consultórios, sala de medicação, sala de marcação de cirurgia, recepção, guichê de informações, salão de espera com televisão, banheiros, fraldário e copa. Divide-se em três serviços: Ambulatório de Anemia Falciforme, Ambulatório de Triagem e Ambulatório da Dor.

Em relação à equipe profissional, esta é composta de modo multidisciplinar, contando com: oncologistas pediátricos, pediatra geral, citologista, ortopedista, neurocirurgião, oftalmologista, ginecologista, otorrinolaringologista, psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras, odontólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e bioquímicos-farmacêuticos.

4.1.1 Participantes da Pesquisa

A investigação se focou no público pertencente à faixa etária entre 15 e 18 anos que estivesse em acompanhamento no Ambulatório de Oncologia do HIAS. Estabeleceu-se como meta entrevistar 07 adolescentes, o que foi feito com sucesso. Apenas uma adolescente não

aceitou participar deste estudo, pois acabara de receber resultado preocupante de um exame de sangue e estava psicologicamente fragilizada.

A composição do grupo de participantes do estudo seguiu a técnica de escolha não-aleatória, uma vez que se definiu de antemão o número de sujeitos, sua faixa etária, suas características de saúde e o lugar onde eles seriam selecionados.

A seleção foi feita por meio da abordagem direta com os pais dos adolescentes, aos quais se explicou a natureza voluntária da pesquisa, sua importância, os eventuais riscos, o caráter sigiloso das informações obtidas e a autonomia do participante para desistir de contribuir a qualquer momento sem prejuízo para si. Após consentimento formal dos pais, os adolescentes foram consultados sobre seu interesse em participar da pesquisa, sendo lhes dados os mesmos esclarecimentos dispensados aos seus pais.

A formalização do desejo do adolescente de participar da pesquisa foi registrada de modo documental pela assinatura, em duas vias, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por seus pais, e pela assinatura do Termo de Assentimento, também em duas vias, pelos adolescentes.

Os adolescentes selecionados tiveram seus nomes verdadeiros substituídos por nomes de personagens bíblicos em respeito ao anonimato garantido aos participantes do estudo, eles apresentam os seguintes perfis:

Participante 01: Ana, 16 anos, negra, natural e residente de Lavras da Mangabeira, cursa o 6º ano do ensino fundamental, não refere suas pretensões profissionais.

Participante 02: Rute, 17 anos, branca, natural e residente de Fortaleza, cursa Serviço Social, deseja cursar Psicologia.

Participante 03: José, 15 anos, pardo, natural e residente de São Luís do Curu, cursa o 1º ano do ensino médio, pretende ser Bombeiro Militar, mas pensa cursar Medicina Veterinária.

Participante 04: Noé, 18 anos, branco, natural e residente de Limoeiro do Norte, cursa Direito.

Participante 05: Adão, 18 anos, pardo, natural de São Paulo-SP e residente de Fortaleza, 2º ano do ensino médio, pretende cursar Medicina.

Participante 06: Abel, 18 anos, branco, natural e residente de Orós, ensino médio completo, pretende cursar Administração.

Participante 07: Maria, 15 anos, negra, natural e residente de Fortaleza, 2º ano do

ensino médio, pretende fazer algum curso na área de Recursos Humanos.

A frequência de distribuição da população participante da pesquisa nas variáveis “idade em anos”, “sexo”, “cor”, “local de moradia” e “escolaridade” ficou com a seguinte configuração:

Tabela 1 – Frequência de idade em anos.

Idade em anos	Frequência
15	2
16	1
17	1
18	3
Total	7

Fonte: Pesquisa Direta, 2015.

Tabela 2 – Sexo dos participantes

Sexo dos participantes	Frequência
Feminino	3
Masculino	4
Total	7

Fonte: Pesquisa Direta, 2015.

Tabela 3 - Cor

Cor	Frequência
Negra	2
Parda	2
Branca	3
Total	7

Fonte: Pesquisa Direta, 2015.

Tabela 4 – Local de moradia

Local de Moradia	Frequência
Capital	3
Interior	4
Total	7

Fonte: Pesquisa Direta, 2015.

Tabela 5 – Escolaridade

Escolaridade	Frequência
6º ano ensino fundamental	1
1º ano ensino médio	1
2º ano ensino médio	2
Ensino médio completo	1
Ensino superior (em curso)	2
Total	7

Fonte: Pesquisa Direta, 2015.

4.2 Sistemática da Coleta de Dados: Desafios

Em relação aos desafios, constatou-se um pequeno número de adolescentes frequentando o Ambulatório de Oncologia; de fato existiam muitos pacientes na Unidade, todavia a maioria estava fora do perfil estabelecido para participação nesta investigação. Além disso, outro desafio que foi superado não se referiu aos adolescentes, porém às suas mães que, frequentemente, manifestavam preocupação com o tempo necessário para a entrevista e medo de que os filhos se fragilizassem ao falarem sobre a doença. Igualmente, havia entre algumas mães o desejo de ingressar e permanecer no ambiente da entrevista, o qual foi contornado da seguinte forma: primeiro permiti que adolescente e mãe entrassem juntos, realizando uma conversa informal no intuito de formar vínculo de confiança entre mim, elas e os adolescentes; em seguida, explicava-lhes a necessidade de proceder a entrevista apenas com o adolescente no consultório, solicitando-lhes que se ausentassem do espaço para tal procedimento. Após a entrevista, convidava-as a ingressar novamente no consultório e agradecia a ambos pela importante contribuição.

4.3 Análise de Conteúdo

A partir do trabalho de leitura e análise de conteúdo dos dados coletados, foram identificadas quatro categorias analíticas, a saber:

Quadro 1 – Categorias encontradas a partir da análise de conteúdo

Categoria de Análise	Breve Descrição
Planos para o futuro	Engloba as unidades de registro que relatam como os adolescentes percebem e planejam seus projetos profissionais para o futuro.

Compreensão do mercado de trabalho	Contém os relatos dos adolescentes descrevendo como compreendem o mercado de trabalho na atual conjuntura histórica e social.
Vivência de trabalho	Refere-se aos primeiros contatos dos adolescentes com o mundo do trabalho.
Reconhecimento de suas próprias potencialidades	Abrange todos os discursos que apontam para o reconhecimento de si como agente de transformação da realidade.

Fonte: Pesquisa Direta, 2015.

4.3.1 Planos para o Futuro

A primeira categoria se relaciona com o primeiro objetivo específico desta pesquisa, uma vez que este se propõe identificar as expectativas dos adolescentes em relação ao seu futuro profissional. De modo geral, todos eles relatam possuírem planos para o futuro, porém existem discrepâncias entre tais planos, pois alguns apresentam estratégias concretas e executáveis, enquanto uma outra possui discurso mais generalista, sem estabelecer metas tangíveis para concretização de seus eventuais planos.

Os planos para o futuro dos adolescentes entrevistados se moldam a partir do contexto do capitalismo manipulatório (ALVES, 2010). Apresentam-se como estratégias individuais e sem pretensões políticas de transformação coletiva de uma realidade social injusta e excludente. De fato, são planos de inclusão produtiva no MPC, sem questionamento ou crítica ao sistema capitalista.

Esse atrelamento do futuro profissional às exigências sociais e ideológicas e às expectativas do capitalismo manipulatório, segundo Alves (2010), favorecem a construção de projetos individualistas e a “dessubjetivação de classe”, uma vez que a “captura” da subjetividade e do apoio passivo das novas gerações de trabalhadores é um dos requisitos prioritários desta configuração do capitalismo.

Entre os que relatam planos concretos, sobressaem-se discursos que indicam a faculdade como o principal meio de efetivação destes: *“Eu quero passar em Medicina, fazer Medicina; esses são os meus objetivos.”* (Adão); *“Bem, pretendo me formar em administração. Vou tentar entrar na faculdade.”* (Abel); *“Fazer faculdade... de Serviço Social e depois de Psicologia.”* (Rute).

Dois participantes já estão na faculdade, contudo uma delas, Rute, está matriculada em curso que não corresponde ao seu plano principal de futuro, no caso, cursar uma faculdade

de Psicologia. Diferentemente, outro participante que cursa a faculdade de Direito, demonstra viver momento de equilíbrio em relação aos primeiros passos percorridos na direção da efetivação de seu projeto profissional: “[...] acho que antes de tudo, você tem que fazer o que ela gosta... você tem que fazer o que eu gosto e é realização pessoal e família. Trabalhar com o que gosto, basicamente isso.” (Noé). Todavia, infere-se que Noé percebe o seu projeto profissional como uma soma de diversos fatores que devem ser equilibrados, como o seu desejo pessoal e as expectativas familiares, prevalecendo seu desejo pessoal no final do discurso.

Há ainda o projeto que se atrela a outro, onde a passagem por uma faculdade aparece mais como um plano alternativo, uma espécie de garantia diante da não efetivação do primeiro: “Eu pretendo fazer concurso para ser Bombeiro Militar. [...] quando eu chegar no 3º eu pretendo fazer faculdade de Veterinária e depois que eu terminar a faculdade, eu pretendo ser Bombeiro.” (José). Situação semelhante a vivida por Rute, pois o curso de Serviço Social se insere como alternativa de futuro face à possibilidade de não efetivação de seu desejo de cursar Psicologia.

Constatou-se que para a maioria dos adolescentes colaboradores desta pesquisa, o futuro profissional é percebido como uma conquista que se obtém ao fim de um processo de formação, o qual se concretiza, na maioria dos casos, pela graduação em algum curso superior. Também se destaca a confecção de planos alternativos face à eventualidade de não efetivação do plano principal. Todavia, todos eles convergem para o fortalecimento da ligação entre futuro profissional e a necessidade de conclusão de um processo formal de profissionalização, mesmo que isto implique em não cursar uma faculdade.

Por exemplo, uma das adolescentes entrevistadas não se refere, necessariamente, à faculdade como trajeto de efetivação de seu projeto profissional, contudo confirma a relação entre objetificação do futuro profissional e necessidade de preparação técnica específica para sua realização: “Bom, meu sonho é fazer algum curso na área de recursos humanos e eu gosto muito de trabalhar com as pessoas e falar com as pessoas, [...] eu quero fazer alguma coisa em relação a essa área.” (Maria).

Somente uma adolescente não apresenta um projeto de futuro concreto, embora demonstre idealização de vida futura: “Ah, sei lá, ajudar as pessoas que precisa, né? E que tipo assim, né, que tem essa doença. Dizer o que é preciso fazer.” (Ana).

Diante dos relatos apresentados, conclui-se que pensar projetos e planos profissionais

leva em consideração as demandas exigidas pela família e, principalmente, pelo contexto social. Os adolescentes pesquisados apresentam fortes indícios de que o planejamento de projetos individuais de futuro profissional se atrela às determinações ideológicas da sociedade de consumo. Alves (2010) já afirmara que, na atual fase do capitalismo manipulatório, as subjetividades são “recrutadas” a colaborarem com a reprodução ampliada do capital, não apenas vendendo a força de trabalho, mas inserindo-se como instância isolada, uma espécie de autoempendedor. Tal fato, de acordo com Alves (2010), promove a “dessubjetivação de classe” e, conseqüentemente, a desfragmentação da construção de uma consciência de classe para si.

Por outro lado, não há como evitar, dentro da sociedade de classes opositoras, a geração de projetos profissionais que se encaixem ideologicamente ao sistema, pois o trabalhador sob o domínio do capital vive exclusivamente da venda de sua força de trabalho (MARX, 1996); sendo-lhe dificultada a efetivação de qualquer projeto que, no fim, não colabore para a ampliação do capital ou para a reprodução ideológica do sistema.

Deste modo, a categoria ora discutida, reflete e reproduz, em âmbito microssocial, a forte influência dos determinantes sociais e econômicos na construção dos projetos profissionais dos adolescentes que contribuíram com este estudo.

4.3.2 Compreensão do Mercado de Trabalho

Em relação ao segundo objetivo específico desta pesquisa: compreender como os adolescentes percebem o mercado de trabalho; pode-se afirmar que a presente categoria satisfaz o seu entendimento. De fato, todos os discursos apontam o mercado de trabalho como algo difícil de se ingressar e gerador de insegurança pessoal:

“Hoje, a dificuldade tá enorme. [...] E assim, eu fico um pouco triste porque a taxa de desemprego está aumentando no Brasil; isso influencia a mim também porque daqui há alguns anos vai ser eu atrás de emprego também, né? Isso é um pouco ruim até para o desenvolvimento do país.” (Abel)

Iamamoto (2000) argumenta que, de fato, o mercado está em transformação, porém na direção da precarização das relações de trabalho assalariado e desmonte dos direitos trabalhistas conquistados. A autora afirma ainda que: “no atual quadro recessivo da produção mundial, as lutas sindicais encontram-se fragilizadas e a defesa do trabalho é dificultada

diante do crescimento das taxas de desemprego.” (p. 33).

Da mesma forma, Mattoso (apud IAMAMOTO, 2000) confirma que este cenário precarizado promove: “a insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação [...]” (p. 33). Algo que ficou explícito na fala de Abel ao relatar sua tristeza frente à realidade do aumento na taxa de desemprego no país; e na fala de Rute que resumiu o cenário da seguinte forma: “*complicado... desemprego.*”

Embora a análise de conteúdo tenha evidenciado a presença de discursos que apontem para a insegurança do mercado de trabalho, a maioria dos adolescentes apresenta discurso que direciona para si próprios a responsabilidade exclusiva pelo sucesso de ingresso neste mercado: “*Acho que tá bem saturado, mas se a pessoa se sobressair acho que não falta espaço não.*” (Noé).

Ou seja, caberia única e exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade por sua formação profissional, estabelecendo uma falsa premissa de que as oportunidades de acesso à educação formal são iguais para todos:

“Eu acho que o desemprego hoje é principalmente devido à desqualificação das pessoas, porque a gente percebe que há vagas, principalmente, para pessoas que são qualificadas. Pessoas que estudam e se esforçam eu acho que não faltam oportunidades de trabalho.” (Adão)

Na verdade, tal discurso entra no rol das inúmeras falácias produzidas e reproduzidas, cotidianamente, no constante movimento de legitimação das injustiças sociais e trabalhistas, as quais existiriam não por deficiência do sistema, mas por deficiência dos indivíduos que não se ajustam a ele.

Alves (2010) inclui este tipo de cenário no que ele denominou de “vida reduzida”, ou a separação do indivíduo das relações intersubjetivas capazes de potencializar seu desenvolvimento humano-genérico, pois este “dedica a maior parte do seu tempo de vida à luta pela existência e à fruição consumista desenfreada.” (ALVES, 2010, p. 21). O que facilita a emergência de homens e mulheres com atitudes particularistas e sem nexos com os interesses coletivos da classe trabalhadora. Uma vez que, ao sistema “não interessa formar homens com capacidade crítica, mas apenas força de trabalho ou indivíduos reduzidos a sua mera particularidade, incapazes de escolhas radicais. Enfim, eis a natureza do estranhamento social.” (ALVES, 2010, p. 23).

Assim, o mercado de trabalho é percebido, a partir de cada particularidade, como um espaço competitivo, inseguro e difícil de ingressar, mas que, por meio do esforço individual, pode ser a garantia de um futuro promissor: *“É muito competitivo e hoje em dia tem que ter muito estudo, muita preparação e principalmente nas escolas pra poder ter um futuro promissor no mercado.”* (Maria).

Apenas dois adolescentes emitiram respostas que demonstraram não terem eles opinião formada sobre o mundo do trabalho em sua concretude: *“Agora eu não estou pensando muito, estou no 1º ano do nível médio...”* (José). Do mesmo modo, Ana afirmou, evasivamente, que vê *“bem”* o mercado de trabalho, mas não quis desenvolver sua opinião ao ser questionada.

4.3.3 Vivências de Trabalho

A análise de conteúdo apontou a existência da categoria “Vivências de Trabalho” nos discursos dos adolescentes. Nesta categoria eles, basicamente, descrevem suas primeiras iniciativas de inserção no mercado de trabalho, quase sempre associadas a algum programa de incentivo ao primeiro emprego, como o Programa Jovem Aprendiz, o qual foi criado pelo Governo Federal, em 2005, com a parceria de empresas e multinacionais: *“Participei do Jovem Aprendiz na minha cidade, passei algum tempo e depois parei.”* (José).

Contudo, evidenciou-se a opção preferencial pela escola, o que revela apoio familiar, tanto na garantia do tempo, quanto dos recursos financeiros necessários para a conclusão do processo educativo formal antes do ingresso no mercado de trabalho: *“[...] eu desisti porque é muito corrido para estudar e trabalhar, acaba sem rendimento nenhum; tanto no trabalho, como no estudo.”* (Rute). Neste exemplo, Rute relata por que desistiu do trabalho, dando preferência aos estudos.

Assim, embora o mercado de trabalho seja visto com preocupação, ressalta-se que nenhum dos adolescentes entrevistados necessita trabalhar neste momento da vida. Não por que tenham recebido alta do câncer há pouco tempo e ainda estejam em acompanhamento ambulatorial, mas devido suas famílias priorizarem a conclusão de seus trajetos educacionais formais em detrimento da inserção prematura no mundo do trabalho assalariado.

Frente ao atual cenário de precarização e flexibilização das relações trabalhistas (ANTUNES, 2005, 2009), torna-se obrigatório que as novas gerações de trabalhadores

possuam, antes de assumirem eventuais empregos, melhor preparação e formação profissional. Algo que os adolescentes desta pesquisa estão conseguindo de seus familiares.

Há também a experiência do trabalho familiar informal, comum em muitos lares do interior do Ceará, onde os adolescentes ajudam seus pais na agricultura: *“Eu trabalhava com meu pai, ele era... é agricultor, eu trabalhava com ele, ajudando ele na roça. Mas assim, essa história de carteira assinada trabalhei não.”* (Abel).

Contudo, convém atentar que a adolescência é plural, comportando inúmeras manifestações do ser adolescente (OZELLA; AGUIAR, 2008), inúmeros contextos de produção, sendo protegida em alguns e negligenciada em outros; ou seja, embora não se tenha evidenciado o aspecto da exclusão precoce do mercado, pode haver em outros contextos tanto a exclusão, quanto a inclusão precoce no mercado de trabalho (RIZZO; CHAMON, 2010).

Todavia, não se identificou, entre os participantes deste estudo, o fenômeno do adolescente trabalhador conforme descrito na pesquisa de Rizzo e Chamon (2010). Isto significa que os adolescentes entrevistados se encontram em situação de segurança social e familiar, uma vez que o trabalho não surge em seus discursos como uma obrigação ou necessidade do “aqui e agora”, mas como um projeto a ser construído para o futuro.

Outro ponto a considerar, diz respeito a uma hipótese apresentada na problematização desta pesquisa, a saber, de que os adolescentes em tratamento contra o câncer seriam, em tese, mais suscetíveis à discriminação e exclusão precoce do mercado de trabalho. Após a conclusão do estudo, entendeu-se que, durante o tratamento, os adolescentes correm maior risco de vivenciarem situações onde sejam discriminados ou excluídos de oportunidades formativas. Todavia, não há indícios suficientes que indiquem a inviabilização precoce de acesso ao mercado de trabalho entre os participantes desta investigação.

4.3.4 Reconhecimento de suas Próprias Potencialidades

Esta é outra categoria problematizada a partir da análise de conteúdo, nela os adolescentes reconhecem em si valores e potencialidades que podem ajudá-los a se inserirem no mercado de trabalho. Fato bastante interessante de se encontrar nesta população onde, segundo Capitão e Zamprona (2004) e Costa (2013), prevalecem os sentimentos depressivos, o medo de morrer ou ficar com sequelas, o rebaixamento da autoestima e a insegurança em relação ao futuro.

De fato, há bem pouco tempo, todos eles viviam situações semelhantes de medo e incerteza em relação à continuidade de sua própria existência: *“eu tive medo de, assim, tipo morrer, eu perder a perna, coisa assim. Eu tive muito medo no começo, mas depois eu me acostumei.”* (Ana). Todavia, a vivência do câncer teve, para estes adolescentes, segundo Costa (2013), o papel de desencadeador da necessidade de amadurecimento precoce sobre temas que, muitas vezes, não surgem na vida daqueles que não passam por situações de risco eminente e real.

De fato, a vivência do câncer associada à prestação de serviços humanizados de saúde durante o tratamento possui, conforme Silva et al. (2009), a capacidade de fortalecer vínculos socioafetivos, reduzir o tempo de tratamento, possibilitar melhores chances de cura, aumentar a autoestima e estimular a autonomia do paciente. Algo encontrado na realidade do diagnóstico, tratamento e acompanhamento após alta do câncer oferecido pelo HIAS, o qual prima sempre pela capacitação dos profissionais no sentido do atendimento humanizado.

Além disso, a presença do apoio efetivo da família, ao longo de todo o processo de superação da doença, promove nos adolescentes o fortalecimento da autoconfiança (CAZAROLLI et al., 2011); o que se evidencia em afirmativas como: *“sou uma menina muito comunicativa, gosto de conversar com as pessoas.”* (Maria), onde a adolescente reconhece em si, de modo confiante, sua capacidade comunicativa e sua abertura à interação social.

Do mesmo modo, outro adolescente também se identifica como alguém capaz de organizar e transformar aspectos da realidade no sentido de promover a melhoria destes: *“Eu sou muito bom, tipo assim, em organizar as coisas; mas não numa forma simples, numa forma muito abrangente assim; por exemplo: transformar uma coisa negativa em uma coisa positiva, melhorar o que está bom.”* (Abel).

A capacidade de reconhecer em si valores e potencialidades direciona os adolescentes na efetivação de seus projetos profissionais, exigindo deles a necessidade de se empenharem em ser cada vez mais competentes: *“Eu acho que a gente tem que cada vez se especializar mais. Inclusive nem só em uma área, mas tentar ser sempre versátil.”* (Abel). Discurso que se encaixa na lógica da construção de projetos desejados pelo capitalismo flexível (ANTUNES, 2005, 2009) e manipulatório (ALVES, 2008, 2010).

Ou seja, a produção do projeto profissional interage com as expectativas do contexto histórico, social e econômico. Ele possui uma base pessoal: volitiva e afetiva, porém se

direciona para a efetivação mediada pelos determinantes sócio-históricos, os quais imprimem sua marca no resultado final. Adão, por exemplo, ao reconhecer em si a capacidade de enfrentar e vencer um vestibular para Medicina, destaca o valor competitividade, tão representativo do Modo de Produção Capitalista, como um dos determinantes na escolha de seu projeto profissional:

“[...] quando eu vim aqui eu fiquei com vontade, eu me imaginei ajudando as pessoas que passaram pelo mesmo problema que eu. Também eu decidi como um desafio para mim mesmo. Um desafio de superação, de me desafiar, entendeu? Porque é bem concorrido, bem difícil, aí eu acho interessante.” (Adão)

Alves (2010, p. 17) afirma que “não podemos conceber o sujeito sem a teia de relações sociais na qual ele está inserido.” De fato, o reconhecimento de suas próprias potencialidades não se configura como uma entidade construída a partir do nada. Antes, este reconhecimento se articula produtivamente com a totalidade, na qual está imerso e, com a qual, mantém mediações que influenciam na determinação de seus projetos profissionais e pessoais.

Finalmente, foi possível constatar nos participantes do estudo a presença de falas e sentimentos positivos em relação a si próprios, o que se convencionou categorizar, a partir da análise de conteúdo, como reconhecimento de suas próprias potencialidades. Tal constatação desfaz a ideia inicial de que os participantes, em razão de possíveis vivências de discriminação e isolamento social, seriam mais propensos ao agravamento de vulnerabilidades sociais e ao estigma. Ao contrário, verificou-se forte desejo de retomar a vida, superar desafios e executar projetos pessoais.

Identificou-se, ainda, que o reconhecimento de suas próprias potencialidades pelos adolescentes apresenta ligação com o apoio efetivo e afetivo recebido da família em todas as fases do tratamento e, também, com o atendimento humanizado oferecido pelo HIAS desde o momento inicial de diagnóstico do câncer até a alta definitiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O adoecer de câncer na adolescência se caracteriza como um período marcado pela fragilização psicossocial, pelo medo e pela incerteza de continuar vivo. Além de ser uma etapa, na qual o sujeito se encontra em forte dependência do cuidado de terceiros, em especial, nos momentos mais críticos do tratamento, como as irradiações e a quimioterapia.

A descoberta da doença provoca nos pais sentimentos de desespero, dúvida, insegurança, medo, culpa, negação da realidade entre outros. O câncer os obriga a buscarem se fortalecer para poderem cuidar de seus filhos, mas o preço a pagar nesta luta pela vida muitas vezes destrói anos de convivência conjugal, separando pessoas que se imaginavam envelhecendo juntas.

De fato, pude presenciar ao longo da pesquisa que o adoecer modifica todo o estilo de vida da família, os laços familiares se fortalecem e os adolescentes, antes em plena construção de suas autonomias, se tornam totalmente dependentes de seus pais, sobressaindo-se a figura materna como a de principal cuidadora. A vivência cotidiana da doença é experienciada pela mãe e pelo filho como se cada momento fosse o último de suas existências. Há intensificação das manifestações de carinho, dos olhares amorosos e das verbalizações de frases com forte teor afetivo.

Além disso, o período crítico da doença é marcado pela ruptura nas atividades cotidianas, levando muitos adolescentes a interromperem a rotina escolar, aumentando a sensação de isolamento e o rebaixamento da autoestima. Entre os participantes deste estudo, todos foram unânimes ao relatar que durante o tratamento precisaram se afastar da escola e, muitas vezes, da convivência social com os pares. Esta diminuição da convivência com os antigos colegas é substituída pela construção de novos vínculos de amizade, particularmente, com outros adolescentes que também enfrentam o câncer.

Ao percorrer os corredores do HIAS e do ambulatório, facilmente se identifica os adolescentes que vivenciam a luta contra o câncer conversando com outros que, igualmente, enfrentam situações semelhantes. O vínculo entre eles é muito forte e reflete o cuidado e carinho que eles constroem entre si, além do medo e da angústia pela perda dos novos amigos que não conseguiram vencer a doença.

Outro ponto que gostaria de ressaltar se refere ao espectro da discriminação no interior das relações sociais e afetivas fora do contexto hospitalar, pois muitos adolescentes

ficam com sequelas físicas do tratamento, acarretando rejeição de vários de seus antigos amigos. Ao longo da pesquisa, ouvi deles relatos que evidenciavam sentimentos de tristeza, fim de amizades, solidão, a perda de contatos em redes sociais da Internet, fim de namoros entre outras situações do contexto das relações interpessoais.

Embora este tipo de situação possua um forte componente de rebaixamento da autoestima, em especial em uma fase da vida onde a pessoa está construindo os primeiros relacionamentos de amizade fora da tutela familiar, reconheço que eles conseguem encontrar apoio e fortalecimento tanto com a família, quanto com os novos amigos que faz ao longo do acompanhamento de saúde.

Quanto a pesquisa em si, entendo que ela não encerra as questões sobre o tema, muitas outras se abrem e aguardam respostas. Há necessidade de replicação desta investigação com uma população maior de adolescentes, não apenas no HIAS, mas em hospitais de outras regiões do Brasil; há necessidade de desenvolver, também, novos estudos no intuito de avaliar como os planos de futuro profissional foram efetivados, de fato, pelos adolescentes ao chegarem na idade adulta. Além disso, necessita-se ainda de estudos com adolescentes egressos de acompanhamento oncológico ambulatorial, fazendo interface com outras políticas públicas como a Assistência Social e a Educação.

Por ser uma pesquisa de campo exploratória e, até onde se conseguiu investigar na literatura científica, pioneira, pode-se afirmar que o estudo concretizou os objetivos propostos, desvelando um terreno fértil para ser aprofundado pelo Serviço Social, principalmente na garantia dos direitos de formação profissional e inserção produtiva do adolescente.

Ressalta-se ainda que a pesquisa nos alerta sobre a importância do diagnóstico precoce, uma vez que este contribui significativamente no aumento das chances de cura do câncer. Por isso, deve-se criar uma rede de treinamento contínuo para os profissionais de saúde de todas as secretarias municipais de saúde do Estado, em especial, para aqueles que estão trabalhando na Atenção Básica.

De fato, deparar-se com adolescentes em cuidados paliativos, muitas vezes devido ao diagnóstico tardio, é uma sensação muito dolorosa para todos que o cercam. Todavia, a pior dor é a deles, não a dor física, mas a dor espiritual de todo dia contemplar o vazio de um futuro que não existe mais, até o dia em que a luz destes olhos se apaga.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J; BOCK, A. M. B.; OZELLA, S. Orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**. Marília: 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/24g7CY>>. Acesso em 15 outubro 2015.

_____. **Trabalho e subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Marília: 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/oY6KIy>>. Acesso em 15 outubro 2015.

ANDRADE, R. J. Interrogando a ciência. In: HÜHNE, L. M. (Org.) **Metodologia científica: caderno de texto e técnicas**. 6ª edição, Rio de Janeiro: Agir, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª edição São Paulo: Boitempo Editorial, 2009

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSOCIAÇÃO PETER PAN (APP), **Hospital Peter Pan**. Disponível em: <<http://app.org.br/historia/>>. Acesso em 10 setembro 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEHRING, E. R. Fundamentos de política social. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (Orgs.) **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL, **Lei Federal nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em 16 janeiro 2016.

_____, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 24 abril 2015.

CAPITÃO, C. G.; ZAMPRONHA, M. A. G. Câncer na adolescência: um estudo com instrumento projetivo. **Revista da SBPH**. v. 7, n. 1, p. 3-16, jun, 2004.

CARMO, F. L. M. Linha do tempo do Hospital Infantil Albert Sabin. **Revista de Saúde da Criança e do Adolescente**. v. 4, n. 2, p. 65-73, jul/dez, 2012.

CAZAROLLI, E.; BECK, C. L. C.; MACHADO, C. H. F.; COELHO, A. P. F.; AMBRÓS, S. E. Sentimentos de adolescentes com câncer: um estudo qualitativo. **Revista Contexto & Saúde**. Ijuí, v. 10, n. 20, p. 1365-1370, jan/jun, 2011.

CHARTIER, R. (Org.) **História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (CNS), 8., 1986. Brasília, **Anais**. Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

COSTA, F. S. M. **Instrumentalidade do serviço social: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

COSTA, M. S. C. R. **Adoecer e adolecer com câncer e suas repercussões para o cuidado de si: um estudo de representações sociais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FEFFERMAN, M. Vidas arriscadas: os jovens, o tráfico e o Primeiro Comando da Capital. In: SOUSA, J. T. P.; GROPPPO, L. A. (Orgs.). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Brasília: UNICEF, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

GROPPPO, L. A. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In: SOUSA, J. T. P.; GROPPPO, L. A. (Orgs.). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

_____. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**. ano 13, n. 25, p. 9-22, dezembro, 2004.

GROSSMAN, E. A adolescência através dos tempos. **Adolescencia Latinoamericana**, v. 1, n. 2, p. 68-74, jul/set, 1998.

HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN (HIAS). **Institucional**. Disponível em: <<http://www.hias.ce.gov.br/index.php/institucional/hospital>>. Acesso em 08 setembro 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2014.

_____. **Diagnóstico precoce do câncer na criança e no adolescente**. Rio de Janeiro: INCA, 2009.

LESSA, S. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Brasília: CEAD, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª edição.

São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Volume I. Livro Primeiro. In: **Os Economistas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, out/dez, 2011.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.

OLIVEIRA, M. C. S. L. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, mai/ago, 2006.

OZELLA, S.; AGUIAR, W. M. J. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**. v. 38, n. 133, p. 97-125, jan/abr, 2008.

REZENDE, A. M.; SCHALL, V. T.; MODENA, C. M. O “adolescer” e adoecer: vivência de uma adolescente com câncer. **Aletheia**. Canoas, n. 30, p. 88-100, jul/dez, 2009.

RIZZO, C. B. S.; CHAMON, E. M. Q. O. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-417, nov/fev, 2010.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr/jun, 2010.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2013.

SILVA, F. A. C.; ANDRADE, P. R.; BARBOSA, T. R.; HOFFMANN, M. V.; MACEDO, C. R. Representação do processo de adoecimento de crianças e adolescentes oncológicos junto aos familiares. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 13, n. 2, p. 334-341, abr/jun, 2009.

SOLIS, D. E. N. “Introdução ao estudo do método científico” à luz de diferentes posições epistemológicas. In: HÜHNE, L. M. (Org.) **Metodologia científica**: caderno de texto e técnicas. 6ª edição, Rio de Janeiro: Agir, 1995.

SOUSA, J. T. P.; GROppo, L. A. (Orgs.). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas

FACULDADE RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
TCC II

Percepção de Adolescentes em Acompanhamento Oncológico Ambulatorial sobre Futuro Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho

Léa Maria de Sousa Ponte
Prof.(a) Ma. Kelly Maria Gomes Menezes

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Data entrevista: / /	Participante nº:	
Idade:	Raça/Etnia:	Sexo:
Naturalidade:		
Escolaridade:		

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AO INICIAR A GRAVAÇÃO DA ENTREVISTA, INFORMAR NO ÁUDIO O NÚMERO DO PARTICIPANTE E A DATA DE SUA APLICAÇÃO. (Não ler este trecho para o adolescente)

LER ESTE TRECHO → Antes de tudo, muito obrigada pela sua participação! Nossa entrevista seguirá o modelo aberto, ou seja, você é livre para falar sobre os temas que lhe apresentarei. Como você já sabe e combinamos, estou gravando nossa entrevista. Gostaria que você iniciasse, falando livremente sobre algum dos três temas que vou lhe dizer agora: (1) seus planos profissionais para o futuro; (2) a forma como você vê o mercado de trabalho atual; (3) suas expectativas ou experiências reais de tentativas de ingresso no mercado de trabalho. Não se preocupe pensando que falta falar de algum tema proposto, estarei aqui contigo e, sempre que sentir necessidade de maior esclarecimento ou desenvolvimento de algum tema, farei questionamentos que o ajudarão a prosseguir com sua narrativa. Lembro mais uma vez que as informações aqui declaradas por você serão mantidas em total sigilo em relação a possibilidade de identificação da sua pessoa, conforme ficou acordado em nosso Termo de Assentimento e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por seus pais ou responsável.

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “Percepção de Adolescentes em Acompanhamento Oncológico Ambulatorial sobre Futuro Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho”, desenvolvida por Léa Maria de Sousa Ponte, sob a orientação da Prof.(a) Ma. Kelly Maria Gomes Menezes.

A pesquisa em questão tem como foco investigar a percepção de adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital Infantil Albert Sabin sobre o seu futuro profissional e a inserção no mercado de trabalho. Tal estudo é importante, pois contribui com o debate sobre direitos sociais e trabalhistas do paciente oncológico. Deste modo, ele(a) poderá se beneficiar deste estudo, uma vez que suas conclusões poderão servir de base para estudos mais aprofundados sobre o tema ou, também, para a criação de projetos voltados à inclusão social e trabalhista das pessoas que sofrem e lutam contra o câncer. Esclareço que a participação dele(a) na pesquisa é importante, porém ele(a) não deve participar contra a sua vontade.

Acrescento que este estudo não oferece riscos físicos e não utiliza nenhum procedimento invasivo, todavia há a possibilidade de evocação de sentimentos tristes. Portanto, leia com atenção as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos deste estudo sejam esclarecidos e você possa estar ciente de todas as atividades que serão desenvolvidas.

A pesquisa será realizada por meio da aplicação individual de uma entrevista focalizada com três temas (01 - seus planos profissionais para o futuro; 02 – a forma como você vê o mercado de trabalho atual; e 03 – suas expectativas ou experiências reais de tentativas de ingresso no mundo do trabalho), também serão coletados seus dados sociodemográficos (idade, sexo, naturalidade, raça/etnia, escolaridade do(a) adolescente e escolaridade dos pais ou responsável legal). A entrevista será realizada em local reservado, oferecendo total sigilo a respeito de tudo o que for dito durante o procedimento. Enquanto seu filho(a) discorre livremente sobre os temas, farei o registro de sua fala por meio de gravação eletrônica de áudio.

Deste modo, solicito sua autorização para realizar os procedimentos aqui descritos.

Sua colaboração e engajamento nas atividades citadas são de fundamental importância, no entanto, a qualquer momento você poderá se recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

As informações conseguidas através da participação de seu filho(a) na pesquisa não permitirão a identificação dele(a), exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto garantindo o anonimato e o compromisso acordado.

Vale esclarecer que você e seu filho(a) não receberão nenhum pagamento para participar dessa pesquisa.

Desta forma, somente depois de ter entendido o que foi explicado, é que você deverá assinar este documento em duas vias, sendo que uma delas ficará com você e a outra ficará comigo.

Se vocês tiverem mais alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados que não tenham ficado bem esclarecidos, pode falar comigo (Léa Maria) a qualquer momento, nos telefones (85) 98859-6495 / 99914-1265.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a participação do(a) seu filho(a) no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Infantil Albert Sabin

Rua Tertuliano Sales, 544 Vila União, Fortaleza - CE

Telefone: (85) 3101-4212 / (85) 3101-4283

E-mail: cep@hias.ce.gov.br

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a participação do(a) meu/minha filho(a) no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a participação dele(a) implicam, concordo com a sua participação voluntária. Assim, eu DOU O MEU CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A). Estando totalmente de acordo assino abaixo o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ / ____ / ____

Nome do pai, mãe ou responsável legal	RG ou CPF	Assinatura
Nome da pesquisadora	RG ou CPF	Assinatura

APÊNDICE 3 – Termo de Assentimento do Adolescente

TERMO DE ASSENTIMENTO DO ADOLESCENTE

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa chamada: “Percepção de Adolescentes em Acompanhamento Oncológico Ambulatorial sobre Futuro Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho”, a qual está sendo desenvolvida por mim, Léa Maria de Sousa Ponte, e minha orientadora, a Prof.(a) Ma. Kelly Maria Gomes Menezes, do Curso de Serviço Social da Faculdade Ratio.

Esta pesquisa tem por objetivo: investigar a percepção de adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital Infantil Albert Sabin sobre o seu futuro profissional e a inserção no mercado de trabalho. Seus pais ou o(a) seu(ua) representante legal foram consultados(as) e concordaram com sua participação, todavia você não é obrigado(a) a participar, mesmo que eles tenham aceitado. Se você não quiser participar, nada acontecerá com você e ninguém ficará magoado ou decepcionado, é um direito seu não querer participar e isto será respeitado por todos. Este estudo é de grande importância para os adolescentes que lutam contra o câncer, igual a você, pois suas conclusões poderão servir de base para a criação de projetos e novos estudos voltados à inclusão social e trabalhista das pessoas que sofrem e lutam contra o câncer, por isso você está sendo convidado(a) para contribuir com esta pesquisa.

Acrescento que este estudo não oferece riscos físicos e não utiliza nenhum método invasivo, porém existe a possibilidade de que lembranças e sentimentos tristes possam ocorrer durante sua realização.

A pesquisa será realizada por meio da aplicação individual de uma entrevista focalizada com três temas (01 - seus planos profissionais para o futuro; 02 – a forma como você vê o mercado de trabalho atual; e 03 – suas expectativas ou experiências reais de tentativas de ingresso no mundo do trabalho), também serão coletados seus dados sociodemográficos (idade, sexo, naturalidade, raça/etnia, escolaridade do(a) adolescente e escolaridade dos pais ou responsável legal).

A entrevista será realizada em local reservado, oferecendo total sigilo a respeito de tudo o que for dito durante o procedimento. Para melhor registro das informações, peço sua autorização para realizar a gravação eletrônica do áudio, pois isto ajudará na posterior etapa de análise das entrevistas. Você pode ficar tranquilo(a), pois ninguém saberá que você está

participando desta investigação e suas respostas não serão divulgadas para pessoas estranhas. Os resultados poderão ser publicados, mas seu nome nunca aparecerá nas publicações.

Esclareço ainda que sua participação é totalmente voluntária, ou seja, nem você e nem seus pais ou responsável receberão qualquer tipo de pagamento referente ao fato de ter participado do estudo. Inclusive é direito seu recusar participar ou se retirar da pesquisa a qualquer momento sem que isso lhe traga algum tipo de prejuízo ou punição. Desta forma, somente depois de ter entendido o que foi explicado, é que você deverá assinar este documento em duas vias, sendo que uma delas ficará com você e a outra ficará comigo.

Eu, _____
aceito participar da pesquisa que me foi explicada. Entendi tudo o que me foi dito e também os possíveis riscos (lembranças e sentimentos tristes). Entendi que posso dizer “sim” agora e que depois posso desistir de participar sem que ninguém fique com raiva ou decepcionado comigo. A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com meus pais ou responsável. Recebi uma cópia deste Termo de Assentimento, o qual li e concordei em participar, voluntariamente, da pesquisa.

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Assinatura do adolescente

Assinatura da pesquisadora

ANEXO

HOSPITAL INFANTIL ALBERT
SABIN - CE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Percepção de adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial sobre futuro profissional e inserção no mercado de trabalho.

Pesquisador: Kelly Maria Gomes Menezes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50997615.5.0000.5042

Instituição Proponente: Hospital Infantil Albert Sabin - CE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.334.765

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa visa conhecer a percepção dos adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital Infantil Albert Sabin sobre o seu futuro profissional e sua inserção no mercado de trabalho. Para isso, será realizada uma pesquisa social qualitativa de base materialista histórico-dialética, da qual participarão os adolescentes desta instituição, com idade entre 15 e 18 anos, que estejam em acompanhamento ambulatorial após alta hospitalar do câncer. Será aplicada uma entrevista focalizada, na qual o participante será convidado a falar livremente sobre os temas propostos, cabendo ao entrevistador apenas orientar caso o entrevistado se afaste do tema ou haja necessidade de maior esclarecimento sobre algo que foi dito. O material será submetido à análise de conteúdo na perspectiva de Bardin. Espera-se identificar possíveis situações de vulnerabilidade social enfrentadas pelos adolescentes participantes, fato que permitirá o desenvolvimento de novos estudos e a construção de projetos de inclusão social.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a percepção de adolescentes em acompanhamento oncológico ambulatorial no Hospital

Endereço: Rua Tertuliano Sales, 544

Bairro: Vila União

CEP: 60.410-790

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-4212

Fax: (85)3101-4212

E-mail: cep@hias.ce.gov.br

HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN - CE



Continuação do Parecer: 1.334.765

Infantil Albert Sabin sobre o seu futuro profissional e a inserção no mercado de trabalho.

Objetivo Secundário:

Identificar as expectativas dos adolescentes com relação ao seu futuro profissional. Compreender como os adolescentes percebem o mercado de trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esta pesquisa não envolve riscos físicos aos participantes, contudo a entrevista poderá estimular lembranças e sentimentos tristes relacionados às vivências dos adolescentes.

Benefícios:

A pesquisa poderá identificar situações de vulnerabilidade social enfrentadas pelos adolescentes que receberam alta hospitalar do câncer e que se encontram em acompanhamento ambulatorial, fato que ajudará no desenvolvimento de projetos sociais que visem garantir seus direitos, sua profissionalização e sua inclusão no mercado de trabalho. Além disso, este estudo poderá servir de estímulo na construção de novas investigações sobre o tema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa traz aos participantes a possibilidade de exposição de suas percepções e subjetividades quanto ao seu futuro profissional e a inserção no mercado de trabalho, favorecendo assim, a possibilidade de identificar possíveis situações de vulnerabilidade social enfrentadas por estes participantes, fato que permitirá o desenvolvimento de novos estudos e a construção de projetos de inclusão social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram Apresentados os seguintes termos:

- TCLE para os responsáveis pelos adolescentes participante da pesquisa
- Termo de Assentimento para os adolescente participantes
- Cronograma
- Orçamento financeiro
- Pré-Anuência do Núcleo de Pesquisa do HIAS
- Autorização Chefia do serviço
- Carta de compromisso do pesquisador

Endereço: Rua Tertuliano Sales, 544

Bairro: Vila União

CEP: 60.410-790

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-4212

Fax: (85)3101-4212

E-mail: cep@hias.ce.gov.br

HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN - CE



Continuação do Parecer: 1.334.765

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A relatora manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa, tendo em vista que o mesmo não apresenta nenhum óbice ético.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acatou o parecer de aprovação emitido pela relatora.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Anuencia_Kelly.jpg	24/11/2015 11:13:01	Regina Lúcia Ribeiro Moreno	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_625226.pdf	13/11/2015 14:54:12		Aceito
Outros	Autorizacao_Servico.pdf	13/11/2015 14:53:14	Lea Maria de Sousa Ponte	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Adolescentes.pdf	13/11/2015 14:50:22	Lea Maria de Sousa Ponte	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Pesquisa_Adolescentes.pdf	13/11/2015 14:49:39	Lea Maria de Sousa Ponte	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Adolescentes_CEPHIAS.pdf	13/11/2015 14:48:58	Lea Maria de Sousa Ponte	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso_Kelly.pdf	13/11/2015 14:47:51	Lea Maria de Sousa Ponte	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso_Lea.pdf	13/11/2015 14:45:50	Lea Maria de Sousa Ponte	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_assinada.pdf	13/11/2015 14:43:48	Lea Maria de Sousa Ponte	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Tertuliano Sales, 544

Bairro: Vila União

CEP: 60.410-790

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-4212

Fax: (85)3101-4212

E-mail: cep@hias.ce.gov.br

HOSPITAL INFANTIL ALBERT
SABIN - CE



Continuação do Parecer: 1.334.765

FORTALEZA, 24 de Novembro de 2015

Assinado por:
Regina Lúcia Ribeiro Moreno
(Coordenador)

Endereço: Rua Tertuliano Sales, 544

Bairro: Vila União

CEP: 60.410-790

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3101-4212

Fax: (85)3101-4212

E-mail: cep@hias.ce.gov.br